



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
1
2

**1ª Reunião da Câmara Técnica de
Biodiversidade.**

Brasília/DF.
29 de fevereiro de 2012.

(Transcrição ipsis verbis)
Empresa ProixL Estenotipia

46 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
47 **DConama)** – Eu sou Adriana Mandarino, diretora do Conama. Nós,
48 normalmente, fazemos as reuniões gravadas, em um serviço de estenotipia,
49 que neste momento nós estamos sem o contrato, mas de qualquer maneira, eu
50 pediria a todos que, quando forem falar, falem ao microfone, se identificando,
51 nome e a instituição, porque de qualquer maneira, mesmo não tendo a
52 transcrição dessa reunião depois, nós ficamos com a gravação disso, que fica
53 arquivado e serve como uma transparência do que foi discutido aqui, das
54 eventuais polêmicas e decisões da Câmara. Então, nós estamos começando
55 essa 1^a Câmara Técnica de Biodiversidade, depois da reformulação do
56 Regimento Interno do Conama, que modificou as competências, esta teve
57 pouca modificação, na verdade, eu acho que nenhuma na prática, algumas
58 outras Câmaras houve fusão ou extinção de Câmara. E eu queria começar
59 pedindo uma apresentação de todos, os que estão na mesa e depois dos que
60 estão aqui na fila, ao lado.

61

62

63 **O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Robson
64 Calixto, gerente do DConama.

65

66

67 **O SR. JOÃO BATISTA CAMPOS (Governo do Estado do Paraná)** – Sou
68 João Batista Campo, da Secretaria de Estado do Meio Ambiente. *(Falha no*
69 *áudio)*. Representação da Abema.

70

71

72 **A SR^a. CAMILA AFONSO DOS SANTOS (ANAMMAN)** – Eu sou Camila
73 Afonso, técnica do Departamento de Licenciamento Ambiental do Município de
74 Porto Velho, eu estou representando a ANAMMA Norte.

75

76

77 **O SR. ROBERTO RICARDO MACHADO GONÇALVES (Governo do Estado**
78 **do Mato Grosso do Sul)** – Eu sou Roberto Gonçalves, respondo pela Diretoria
79 de Desenvolvimento do Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul,
80 Conselheiro do Conama, membro da Abema e representante da Abema pelo
81 Governo de Mato Grosso do Sul, na Câmara Técnica.

82

83

84 **A SR^a. DANIELLE BLANC (MPA)** – Bom dia. Eu sou Danielle Blanc, do
85 Ministério da Pesca e agricultura, que sou suplente da vaga de Governo onde o
86 MCTI é o titular.

87

88

89 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Marcílio Caron Neto, eu
90 represento o Setor Florestal Brasileiro.

91

92

93 **O SR. RICARDO BONFIM MACHADO (BIOESTE)** – Bom dia a todos. Ricardo
94 Bonfim Machado, eu sou professor do Departamento de Sociologia da UnB,
95 mas sou suplente da vaga do BIOESTE.

96

97

98 **A SR^a. FERNANDA CAPDEVILLE (DConama)** – Fernanda Capdeville do
99 DConama.

100

101

102 **O SR. HENRIQUE DINIZ (DConama)** – Henrique Diniz, departamento de apoio
103 ao Conama.

104

105

106 **A SR^a. ALBA VALÉRIA SANTOS SIMON (Governo do Estado do Rio de**
107 **Janeiro)** – Eu sou Alba Simon, sou superintendente da biodiversidade de
108 florestas, da Secretária Estadual do Ambiente Rio, Estado do Rio de Janeiro.

109

110

111 **O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Bom dia.
112 Chamo-me Marcelo Robis Francisco Nassaro, sou capitão da Polícia Militar do
113 Estado de São Paulo e represento as polícias militares do Brasil, Conselho
114 Nacional de Comandantes Gerais das Polícias Militares do Brasil e Corpos de
115 Bombeiros Militares.

116

117

118 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Bom dia a todos. João Carlos de
119 Carli, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

120

121

122 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom dia a todos,
123 sou Marcelo Marcelino, diretor de pesquisa e avaliação e monitoramento da
124 biodiversidade, Instituto Chico Mendes, titular, aqui na Câmara.

125

126

127 **A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER)** – Lisiane Becker, pela Mover titular e Miro
128 Serra, porque já vem encaminhando o processo com Miro Serra, quem não
129 conhece, na gestão passada estava como titular, pela região Sul, dentro do
130 Conama e agora eu sou suplente Mela Mover, em uma coalizão.

131

132

133 **O SR. DENNIS NAGOROLLI MARQUES PATROCÍNIO (Governo do Estado**
134 **do Rio Grande do Sul)** – Denis Patrocínio, representando a Secretaria
135 Estadual do Meio Ambiente do Rio Grande do Sul, como 2º suplente.

136

137

138 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

139

140

141 **O SR. ROBERTO CALUCCI (SBF/MMA)** – Roberto Calucci, do Ministério do
142 Meio Ambiente, gerência de biodiversidade *(Intervenção fora do microfone.*

143 *Inaudível)*

144

145

5

3

6

146A SRª. MARIA DE NAZARÉ BENTES DE LIMA (Governo do Estado do
147Pará) – Eu sou Maria Bentes, da secretaria de Estado do Meio Ambiente do
148Pará...

149

150

151O SR. JOSÉ RICARDO (ABA) – Meu nome é José Ricardo, representando a
152ABA.

153

154

155(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

156

157

158A SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
159DConama) – Então, mais uma vez, bem-vindo a todos, nós estamos, então, na
160mesa, nós temos adotado uma dinâmica um pouco diferente, com as inovações
161do financeiro do ano passado, do Regimento. Nós temos, na Câmara Técnica,
16210 membros titulares e 20 suplentes, cada titular tem dois suplentes. Então, na
163mesa nós estamos... Podem vir os titulares e suplentes, o voto é que é o voto
164do titular, não estando presente o titular, volta o 1º suplente, não estando, o 2º
165suplente. E a convocação nós vamos fazer para os 30, sempre e vamos
166começar confirmando o quórum a partir do titular. Então, o que nós pedimos
167para que não haja problema de quórum nas reuniões é que, na medida em que
168o titular e os suplentes eles podem ser de entidades e órgãos diferentes, eles
169têm que ser apenas do mesmo seguimento. Pode haver uma dificuldade de
170comunicação entre os membros, entre aquela vaga de titular e de suplentes.
171Então, na medida em que o titular não possa vir, nós pedimos que entre em
172contato com seus suplentes e faça uma articulação, nos avise, tudo com muito
173tempo hábil. As ONGs que nós pagamos as passagens e que são entidades
174diferentes, entre os titulares e suplentes, um cuidado redobrado em relação a
175isso, porque é uma situação muito desconfortável, nós chegamos a uma
176reunião e não poderemos fazê-la por falta de quórum. Hoje nós temos aqui
177muitas pessoas presentes. Então, é muito bom quando isso acontece, mas, às
178vezes, não é essa a realidade e quem mora em Brasília, às vezes, o Conama
179fica ligando o tempo inteiro para a pessoa que mora em Brasília, para poder
180aparecer em uma reunião de última hora, porque houve desistência de quem
181estava confirmado. Então, assim, nós pedimos esse cuidado. E o primeiro
182ponto de pauta, de cada uma das Câmaras Técnicas, é a eleição para a
183Presidência e para a vice-presidência. Então, o departamento de apoio ao
184Conama faz só essa introdução na primeira, faz essa eleição e depois os
185trabalhos todos são conduzidos pelo presidente. Como possibilidade de se
186candidatar, são os Conselheiros do Conama que estiverem presentes nesta
187Câmara Técnica. Então, eu gostaria primeiro de... Eu vou tentar nominar, pelo
188que eu conheço, se eventualmente pelos Estados, eu não tenho certeza dos
189Estados. Então, aí eu peço que os Estados se manifestem, mas como
190membros Conselheiros do Conama, nós temos o Marcelo do ICMBio, o Robis
191pelo CNCG, o João Carlos pela CNA, Caron pelo Setor Florestal e os Estados
192eu não sei quem está presente aqui, que é Conselheiro. Lisiane, Conselheira.
193Pronto. Desculpa. (*Risos!*) Puxa, tão conhecida e eu esqueço aqui, fico
194olhando. (*Risos!*) Também Roberto, pelo Estado do Mato Grosso do Sul.

195

196

197A **SRª. NÃO IDENTIFICADA** – Não sou Conselheira, mas o Estado é
198Conselheiro no Conama.

199

200

201A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
202**DConama)** – É que aí, a condição é pessoal. O Conselheiro na ple... Porque
203Conselheiro é quem está na Plenária e, nas Câmaras Técnicas são membros.
204Então, seriam esses os possíveis, que atendem a regra do Regimento Interno.
205E aí eu queria aqui, então, abrir a palavra, para saber quem são os candidatos,
206quem é que estaria, que oferece o seu nome, como a candidatura a vaga de
207presidência e vice.

208

209

210**O SR. MARCELO MARCELINO (ICMBio)** – Instituto Chico Mendes, ele se
211oferece para assumir a presidência da Câmara, em função da sua
212especialidade no tema, é o órgão federal que tem a maior especialidade em
213termos de Conselho Nacional e biodiversidade, tem na sua pasta a
214responsabilidade para elaborar espécies ameaçadas, engenharia das unidades
215de conservação. Então, são esses os argumentos que instituto traz para
216pleitear a presidência da Câmara.

217

218

219A **SRª. LISIANE BECKER (MOVER)** – Lisiane. Mover também se interessa
220pela vice-presidência.

221

222

223A **SRª. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
224**DConama)** – Certo.

225

226

227**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Vai ser
228disputado. O CNCG se candidata a presidência. A experiência mostra que, por
229vezes, as normas que são elaboradas pelo Conama, elas são normas que, por
230vezes, não mostram a concretude que elas precisam para serem executadas.
231Quem já me conhece há algum tempo sabe, que eu sempre pautei por isso, ou
232seja, não ainda ter uma norma que ela não pode ser executada por quem está
233lá na ponta da linha. Então, as Polícias Militares que constituem, na verdade, o
234maior contingente de fiscais ambientais que existem no Brasil, são policiais
235militares, porque eles veem todos os tipos de infração, porque quase 100% das
236infrações ambientais também é crime, eles podem, por vezes, não ter o auto de
237infração, mas a primeira providência é adotada por um policial. Hoje somos
238quase 500 mil no Brasil. Então, sobre esse prisma, o prisma de contribuir para
239que uma norma que é pensada possa ser pensada também para ser
240executada, porque quem executa está aqui, representando o CNCG, o CNCG
241se candidata. Além disso, eu queria colocar alguma coisa que é bastante
242interessante, apesar de simples e singelo, que é a nossa presença durante o
243tempo que nós estamos aqui, representando o Conama. Raríssimas às vezes
244eu pessoalmente faltei de qualquer reunião em que fui chamado. Eu acho que
245esse é um ponto importante, que também é um fator, nós percebemos que, por

246vezes, existe alguma dificuldade das presidências, com quem nós acabamos
247nos dando, isso é um fator preponderante. A outra coisa é a neutralidade, o
248CNCG não tem interesse em uma norma ou em uma outra norma, claro que é
249sempre a norma de proteção, mas nós não temos interesse, nós não somos do
250setor florestal, que tem interesse legítimo, nós não somos Governo, que tem
251interesse legítimo, aqui nós representamos Polícias Militares, cuja função é agir
252dentro da legalidade, legalidade, só isso. Então, nesse, sobre esse prisma
253também, eu acho que valeria a pena pensar no CNCG como presidente.

254

255

256**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – O Robis acabou com a minha pretensão.

257

258

259**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
260**DConama)** – *(Risos!)* Mais alguém gostaria de usar a palavra?

261

262

263**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João Carlos de Carli, CNA. Eu
264queria fazer uma declaração de voto e fazer a defesa desse voto. Eu votaria
265aqui, agora, nesse momento, na pessoa do capitão Robis aqui, representando
266o CNCG, eu vou dizer o porquê. Na outra Câmara Técnica que nós
267participamos, que agora tudo mudou de nome. Desculpa. Que é de gestão
268territorial, unidade de conservação a de mais áreas protegidas, o ICMBio
269também se candidatou como Presidente e assumiu essa Câmara Técnica
270como presidente. Então, para nós termos um equilíbrio das presidências nas
271Câmaras Técnicas, eu, a minha sugestão é que, já que o Rômulo, até o
272Rômulo estava presença naquela reunião e por aclamação, foi considerado
273Presidente daquela Câmara Técnica. Então, eu colocaria o meu voto no
274CNCG, não desmerecendo o ICMBio, para os amigos, colegas, o próprio
275Rômulo, mas exatamente por conta dessa... Para termos uma divisão entre
276setores, podemos assim dizer, dentro do Conama, para que nós possamos dar
277continuidade nos trabalhos. Obrigada.

278

279

280**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
281**DConama)** – Eu pergunto a Câmara se... O que parece a Câmara, a
282possibilidade de nós interrompermos um pouquinho para que a Câmara possa
283conversar, os demais membros possam conversar entre si, enfim, tem dois
284candidatos à presidência, um candidato à vice-presidência. Se seria
285interessante um diálogo entre os próprios membros e depois nós faríamos a
286votação. Eu pergunto se seria interessante. Têm pessoas entrando na Câmara.
287Então, eu acho que nós já fizemos isso em outras Câmaras e é uma hora
288interessante, porque propicia um diálogo coma própria câmara. Então, vamos
289fazer uns 15 minutinhos de um diálogo entre vocês?

290

291

292*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

293

294

295A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
296DConama) – Enfim, está aberto aqui, a minha sala está aberta, tem um
297cafezinho que eu vou pedir agora, já, está bem? Uns 15 minutinhos.

298

299

300(*Intervalo*)

301

302

303A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
304DConama) – De volta senhores. Acabamos fazendo um longo intervalo, agora
305a mesa que gostaria, então, de ter alguma posição de como as questões
306ficaram. Vamos para o voto fazer a eleição. Então, nós vamos fazer a eleição
307dividida em duas etapas, primeiro a eleição da presidência e depois a eleição
308da vice-presidência. Está bem?

309

310

311(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

312

313

314A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
315DConama) – A vice-presidência se mantém como só a Lisiane, pela Mover,
316pleiteando a vice-presidência. Então, está eleita... Poderíamos, então,
317considerar eleita por unanimidade. Pronto. (*Palmas!*)

318

319

320(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

321

322

323A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
324DConama) – Então, vamos conduzir a votação para presidência, começando a
325partir daqui, voltando os titulares de cada vaga. Perfeito? Queria começar aqui,
326pelos... É que eu estou sem a lista, é só o voto...

327

328

329O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio) – Eu imagino que
330seja primeiro, que sou titular, representando o Estado, na Abema. Eu voto pelo
331ICMBio. Pelo Marcelo.

332

333

334A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
335DConama) – Certo. Continuando aqui. É que eu ainda não tenho muita noção
336de quem são os titulares e suplentes, por isso que eu estou pulando. Ok...
337ANAMMA Norte, então.

338

339

340A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – ICMBio.

341

342

343A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do
344DConama) – Marcílio, então.

13

7

14

345

346

347**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) – CNCG.**

348

349

350**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCTI) –** David Conway, do Ministério da
351Ciência e Tecnologia e Inovação. Entendemos a importância de todos os
352órgãos que trabalham com a biodiversidade e o respeito aos... Vai ser o
353Marcelo ou o capitão ou ICMBio, mas entendemos que as atribuições da
354Polícia Federal são muitas, o que eles fazem nessa área é muito importante,
355mas ao mesmo tempo quem tem a atribuição constitucional, de lidar
356diretamente com a biodiversidade e ICMBio. Então, o nosso voto vai para
357ICMBio.

358

359

360**A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER) –** Eu até agradeço o esclarecimento feito
361pelo João e não acredito que só por ser constitucionalmente ou não, seja uma
362definição, um critério para ocupar a presidência. Como eu conheço bastante o
363trabalho do CNCG, o meu voto é pelo CNCG.

364

365

366*(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

367

368

369**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA) –** João Carlos de Carli, CNA.
370Também voto no CNCG.

371

372

373**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG) –** Marcelo, eu
374mesmo.

375

376

377**A SR^a. ALBA VALÉRIA SANTOS SIMON (Governo do Estado do Rio de**
378**Janeiro) –** Alba, Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Rio. O voto reflete o
379desejo também dos meus dois suplentes, dos dois suplentes, é o ICMBio.

380

381

382**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
383**DConama) –** Então, o ICMBio foi eleito presidente da Câmara, por cinco votos,
384Robis com quatro votos.

385

386

387*(Palmas!)*

388

389

390**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
391**DConama) –** Então, eu vou convidar o Marcelo para assumir aqui, a condução
392dos trabalhos, volto ali para a minha mesa, deixo o João que vai ficar aqui,
393acompanhando, o Robson também vai ficar por aqui, qualquer coisa nós vamos

394contribuindo aqui, na medida da necessidade. Um bom trabalho para a
395Câmara.

396

397

398**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom. Antes da
399mais nada eu queria agradecer a todos pela eleição. Eu entendo perfeitamente
400que é uma eleição que reflete o entendimento da importância do Instituto de
401encomendas, da no papel da conservação da biodiversidade, até porque a
402minha experiência no Conama é porque, realmente, não tem, eu participei
403algumas vezes nas discussões da 428 e até peço a vocês a compreensão e o
404apoio, no sentido de me ajudar nesse mesmo, a melhor conduzir a Câmara
405Técnica do Conama, essas reuniões aqui, porque pela experiência inicial,
406quanto cometer algum tipo de falha, de gafe, mas eu espero contar com vocês
407para poder estar conduzindo a reunião. Agradecer a todos, principalmente ao
408Robson, que concorreu comigo e que nós estejamos juntos aqui, para
409conseguir ter os melhores resultados em nossa reunião. Bom, eu entendo que
410nós começamos por avaliar o primeiro tema, o primeiro item de pauta, que é o
411processo que trata de espécies exóticas invasoras nos ambientes aquáticos,
412embora ali esteja falando de propor essa resolução apenas para espécies
413exóticas, mas o que está exposto, tanto na proposta de resolução quanto nos
414argumentos que foram apresentados tecnicamente, trata de espécies exóticas
415invasoras, que aí tem uma diferença grande nesse sentido. Então, abro agora
416para os comentários. Calucci você quer fazer uso da palavra? Um a vez que
417você foi o coordenador do GT e foi o autor dos dois argumentos técnicos?

418

419

420(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

421

422

423**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Por favor.

424

425

426**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Roberto Galucci, do Ministério do Meio
427Ambiente. O Grupo de Trabalho do Conama sobre espécies exóticas, ele teve
428o início dos seus trabalhos em 2005 e contou com oito reuniões, tendo a sua
429última reunião ocorrida em 2010. Então, foram ao longo dessas oito reuniões,
430foram evidenciadas questões complexas, relacionadas a esse assunto,
431algumas relacionadas às questões conceituais, por exemplo, a questão dos
432conceitos de espécies exóticas, espécies nativas, de introdução, reintrodução,
433de áreas onde essas espécies vão ter o seu risco avaliado, que no caso foi
434chamado de sítio receptor e questão, principalmente de cunho legal, porque em
435determinadas situações, o Grupo de Trabalho se viu, vamos dizer assim,
436impossibilitado de avançar, por não ter uma resposta clara se a atribuição para
437a autorização da introdução ou reintrodução de espécie exótica e a própria
438questão da normatização competir a um outro ente ou conjunto do SISNAMA
439por meio do Conama. Então, essas questões elas ficaram evidenciadas,
440principalmente por conta de mudanças do quadro legal, após 2009, quando
441foram instituídas duas leis importantes, com relação à atividade pesqueira e
442aquícola, uma das leis remete a criação do Ministério da Pesca e Aquicultura e
443as suas atribuições correlatas e a outra lei remete a modernização da política

444nacional de pesca e que a aquicultura. E também houve um decreto que
445regulamentou as competências relacionadas ao ordenamento da pesca,
446especificamente. Em paralelo também foi regulamentado, pelo Conama, a
447matéria sobre licenciamento ambiental para atividade de aquicultura,
448Resolução Conama 413 de 2009. Então, essas matérias e ainda uma
449resolução da Conabio, que institui a estratégia nacional de combate a espécies
450exóticas, todas abordam a questão de espécies exóticas aquáticas, e elas não
451estabelecem uma direção ou uma posição muito clara em relação a essas
452competências que foram mencionadas, sobre autorizativo e sobre
453regulamentação dessa matéria. Então, o que se evidenciou, a necessidade de
454um maior esclarecimento com relação a essa questão legal, está disponível
455para consulta, um relatório do Grupo de Trabalho de espécies exóticas, que eu,
456como sendo o último coordenador desse grupo, quando ele se encerrou em
4572010, teve as suas atividades suspensas, procurei fazer uma síntese, talvez
458não tenha ficado perfeito, porque eu não acompanhei o grupo desde o início,
459inicialmente, em 2005, ele passou pela coordenação da, então, Secretaria
460Especial de Aquicultura e Pesca e posteriormente pela coordenação do Ibama,
461finalizando, então, como eu mencionei, com a coordenação pelo Melo
462Ministério do Meio Ambiente. Mas eu procurei sintetizar todas essas questões,
463a necessidade de se compatibilizar a avaliação de risco e a questão do
464princípio de precaução, de ter medidas que possibilitem uma proteção
465ambiental, no caso a introdução de espécies exóticas, como também a
466consideração da questão da importância da aquicultura. Então, isso
467evidenciado aí existe esses dois relatórios a disposição. O último documento
468depositado no site do Conama, sobre esse assunto, que até aparece como
469título, complementação ao relatório do Grupo de Trabalho exóticas aquáticas,
470na verdade mais uma referência da base legal, um posicionamento do
471Ministério do Meio Ambiente, nesse sentido, do que exatamente uma relatoria
472dos trabalhos o grupo, a segunda parte, a primeira parte do relatório sim, aí
473uma relatoria mais... Se tentou fazer uma coisa mais fiel, em relação ao que o
474grupo desenvolveu.

475

476

477**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu só queria, se me
478permitirem, ler a conclusão do seu segundo, do seu último, porque para mim,
479nós temos que partir desse princípio, para poder discutir competência. Ele
480conclui aqui que, o grande problema é a competência dos órgãos envolvidos.

481

482

483**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – A dúvida pela
484competência.

485

486

487**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Exatamente. Então, nós
488precisaríamos, dentro do meu entendimento, antes da tomar qualquer medida,
489era sanar essa dúvida, através do jurídico do Ministério do Meio Ambiente e
490também do Ministério da Pesca e saber de quem é a competência, senão, veja
491bem, o pessoal fez um esforço em 2005 até 2010, cinco anos não conseguiu.

492

493

494O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio) – Mas eles
495apareceram nesse meio tempo.

496

497

498O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) – E muita coisa aconteceu
499nesse... Algumas legislações, os decretos apareceram falando sobre o
500assunto. Então, eu acho que, para que nós pudéssemos partir para uma
501discussão técnica, nós tínhamos que tirar essa dúvida jurídica, de competência.

502

503

504O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio) – Daniele.

505

506

507A SRª. DANIELLE BLANC (MPA) – Danielle Blanc, Ministério da Pesca e
508Aqüicultura. Eu estava analisando aqui, nós estávamos analisando os
509documentos apresentados na página do Conama, referente ao grupo e o que
510nós observamos, principalmente, até porque eu, particularmente, participei da
511discussão desse Grupo desde o início, desde quando era ainda uma revisão da
512Portaria 145 do Ibama. Então, eu particularmente tenho o histórico de todo o
513processo. O que nós percebemos aqui? São dois momentos, o primeiro
514relatório ele trás, realmente, trás um arrazoado, onde foram buscados fatos a
515fatos, baseados nos relatórios, o que aconteceu nas discussões do grupo, que
516realmente houve um impasse de conceitos, foram discutidos desde, salvo
517engano, 2004 iniciaram as discussões, até agora não houve avanços
518significativos sobre o mérito da questão de introdução de espécies exóticas.
519Então, esse primeiro relatório aqui, realmente, ele reflete as atividades que
520foram desenvolvidos pelo grupo, inclusive salientando a questão de mérito, de
521impasses de conceitos e evidencia a relevância e a competência de
522regulamentação do tema pelo Conama. É a conclusão que é trazida nesse
523primeiro relatório. Surpreendeu-nos esse segundo relatório, onde trata da
524questão de competência, durante as discussões do grupo isso não foi
525levantado como um tema importante, que impedisse o avanço das discussões,
526as questões, realmente apareceram novas legislações, a Secretaria Especial
527de Pesca foi transformada em Ministério, houve a criação da lei da pesca, do
528Decreto 221 que foi atualizado e virou, mas assim, não foi essa a questão
529principal levantada no grupo e o que gerou o arquivamento do Grupo de
530Trabalho. O que gerou o arquivamento foi, realmente, o impasse que, não
531havia mais avanços em todos os membros e ao longo desse tempo mudou-se
532muito a composição do grupo. Então, a minha sugestão seria, talvez, eu
533entendo isso aqui como um documento do Ministério do Meio Ambiente, com
534uma posição de interpretação de legislação e que trata de competência que,
535realmente, como colocado aqui pelo Caron, pode ser discutido e feita uma
536análise as consultorias jurídicas, inclusive, talvez, uma análise em conjunto,
537entre a Consultoria Jurídica do Ministério da Pesca e do Ministério do Meio
538Ambiente. E aí essa é... A minha dúvida aqui seria exatamente essa, qual é
539claramente a proposta da CBF aqui, quando fala que renovou interesse em
540tratar do tema no Conama. É o que? É reativar a discussão sobre a pertinência
541do tema e a regulamentação do tema de introdução de espécies exóticas ou é
542verificar a competência do tema a ser discutido? Aí é isso que eu acho que
543precisa ficar claro aqui, só adiantando, que a posição do Ministério é realmente

544deixar em suspenso o tema ou retirar de pauta e fazer as consultas às devidas
545consultorias jurídicas.

546

547

548**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – João, você tem a
549palavra, mas é um questionamento direito aqui, ao CBF, você prefere ouvir o
550CBF primeiro ou fazer o seu profissionalmente?

551

552

553(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

554

555

556**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – O CBF no final?

557Ok.

558

559

560**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João Carlos de Carli. Mas porque
561devem ter várias dúvidas que, de repente, juntamos em um questionamento só.
562João Carlos de Carli, CNA. Eu vou mais fundo ainda, em relação a essa
563análise das competências dos Ministérios. Nós observando aqui, algumas
564legislações, umas normas infralegais, colocadas aqui, pela secretaria de
565biodiversidade e floresta, assim, isso é uma análise minha, minha externa,
566minha que eu digo, é o que eu ouço de vários advogados e externos a questão
567de Governo, que a após a legislação de criação, tanto o Ministério da Pesca,
568que é 11958 e dando as competências do Ministério da Pesca, quanto a 11959,
569colocando a lei da pesca, eu não sei se por completo, mas a maioria do que
570está colocado na Portaria do Ibama 145, deixou o existir, não tem que ser
571observado, porque todas essas competências foram exatamente colocadas
572para o Ministério da Pesca. Vendo também, em conversa com o advogado, um
573livro que trata de um código... Código não, desculpa. Que trata da legislação de
574licenciamento ambiental, que o autor, eu vou dizer quem é o ator aqui, coloca
575claramente, segundo esse advogado e ele tem ganhado várias ações na
576justiça, de que a 237 já deixou de existir a algum tempo, ainda mais com a
577publicação da lei complementar 140, que aí jogaram a última pá de cal em cima
578da 237. Quem escreveu esse livro foi o Curt, o presidente do Ibama. Então, ele
579coloca claramente isso, antes da lei complementar 140. Então, é outra
580discussão que tem que ser colocada por este grupo também, exatamente onde
581está o próprio Conama, que é em relação a 237. E para colocar o último
582argumento aqui, em relação à Resolução 413, a lei complementar 140 também
583está clara, a Resolução 413 se trata dos licenciamentos do Ibama, ponto, da
584União, se o Estado quiser fazer uma legislação completamente diferente da
585413, dentro da sua competência, mesmo o município, ele pode, ou seja. Então,
586nós não podemos utilizar a 413, no meu... Só podem utilizar a 413 para os
587licenciamentos do Ibama. Então, é outro argumento que tem que ser colocado,
588em relação ao parecer que coloca essas três normas infralegais aqui o
589documento. A minha sugestão é muito parecida com o que foi colocado aqui,
590por uma representante do Ministério da Pesca, a Doutora Blanc, a respeito das
591competências, eu acho que, pela resposta que nós tivemos aqui, ficou um
592pouco claro que existe uma divergência entre Ministérios em relação
593competência. Eu acho que cada Ministério tem que fazer o seu parecer jurídico,

594em relação às competências, se conseguirem interagir em um parecer só, bom,
595que seria o ideal, mas se não conseguir. Então, que suba para a instância
596superior, para a AGU, para que o Governo Federal dê a posição de quem é a
597competência de cada um, porque a legislação é de 2009, o setor da aquicultura
598vem sofrendo muito em relação, a saber, qual a legislação tem que seguir, se
599são as que do Ministério da Pesca coloca, se são as que o Ministério do Meio
600Ambiente coloca, resoluções do Conama. Estava conversando com o
601representante aqui, dos legistas de lojas de aquário, aquariofilia, eles estão
602mais perdidos que nós, porque até hoje o Ibama continua tratando com eles
603assuntos que, pela legislação, isso é meu pensamento, é do Ministério da
604Pesca. Ontem um representante dos produtores, ou seja, outro elo da cadeia
605me ligou com o mesmo problema, ele falou, para que eu sigo? Eu não sei, cada
606dia tem uma normativa diferente, sendo que a lei diz uma coisa e mais órgãos
607abaixo da legislação e, então, estão seguindo legislações que ele não sabe
608mais quem seguir. Se nós formos entrar na justiça, vai ter um problema de
609cinco, seis anos para resolver. Então, eu acho que está na hora dos dois
610Ministérios jurídicos, dos dois Ministérios sentarem, tentar observar qual é a
611competência de cada um, dentro das legislações apresentadas, que são novas,
612não sei antigas, são novas, por isso que temos que... Não podemos deixar ficar
613antiga para tentar resolver e que, se tiver alguma divergência, o Governo
614Federal, pelo nome do chefe da AGU, repasse qual o parecer que tem o
615fundamento jurídico, que o próprio Governo Federal assim concorda. Obrigado.

616

617

618 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio) – Robis.**

619

620

621 **O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG) – Robis, CNCG.**
622 Na verdade, é mais uma experiência, eu até, Presidente, gostaria de pedir, no
623 final da nossa pauta, nos informes, que o senhor me desse aí, um minuto para
624 eu explicar o que aconteceu na última reunião da jurídica, porque esta Câmara
625 Técnica ela aprovou uma resolução que trata do tutor de animais silvestres e
626 eu queria fazer um relato aqui, eu sou suplente na jurídica e, na verdade, nós,
627 eu aprendi na prática que nós temos que controlar um pouco a nossa
628 ansiedade, sob o ponto de vista de ver uma norma passar aqui, nessa Câmara
629 Técnica, porque ela é bombardeada na jurídica, de todos os ângulos. Então, se
630 nós tivermos qualquer dúvida sobre o ponto de vista jurídico, falando aqui,
631 especificamente no que está pegando, que o aspecto da competência, não vale
632 a pena mandar para frente. Então, nós temos que tentar solucionar aqui,
633 porque se passar daqui vai voltar ou vai ser simplesmente arquivada por
634 absoluta ilegalidade, é uma Câmara Jurídica nova, tem representantes novos.
635 Então, a Câmara também está se achando, está aprendendo como cada
636 colega pensa e alguns dos senhores devem ter, eu também tenho formação
637 jurídica, sabe que é o que nós falamos, é a interpretação de quem está lendo,
638 com base nas experiências de vida, nos estudos e etc. então, é uma Câmara
639 ainda que está, se encontra, ou seja, eu estou falando isso para dizer, que se
640 nós não ultrapassarmos essa dificuldade de competência aqui, me parece que
641 o plano de fundo dessa questão é toda essa, quem fala sobre esses assuntos,
642 entre outras, mas isso é importante porque, na verdade, imagina a polícia, a
643 polícia cumpre uma portaria de piracema do Ibama, do Ministério da Pesca, o

644 cidadão, o policial lá, que tem fiscalizar, fiscaliza com base em que regra?
645 Quem pode falar sobre isso? Então, eu a sugestão aqui, o senhor me permite
646 até um encaminhamento, senhor presidente, é que nós repensemos no
647 aspecto jurídico, se for o melhor encaminhamento que haja uma composição
648 entre os Ministérios, para que o tenha uma posição e se não surtir esse efeito,
649 que vá para a instância superior, como sugeriu o João da CNA. Obrigado.

650

651

652 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Deixa eu só
653 entender, Robis. O seu parecer, o seu encaminhamento ele converge com o
654 encaminhamento da Danielle...

655

656

657 **SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Isso. Eu estou
658 corroborando que os colegas aí, o Caron, a Danielle, o João, já comentaram.
659 Em um primeiro momento, pela leitura que eu fiz dos processos, conversando
660 com os colegas aqui, fica premente essa questão de competência, quer dizer, o
661 plano de fundo maior, em minha opinião, até onde eu posso analisar, é a
662 questão da competência e se tem um problema de competência, não passa na
663 jurídica, não passa na jurídica se não tiver um parecer ou um conjunto ou um
664 parecer definitivo de que quem é a competente para falar sobre esse assunto.

665

666

667 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Está ok. Lisiane.
668 Há um pedido aqui, para a manifestação aqui. O seu nome, por favor?

669

670

671 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

672

673

674 **SR. VANILDO (CONSEA)** – É um dominante como... Eu acho que eu
675 acompanhei umas três ou quatro reuniões sobre essa Resolução, essa
676 proposta e, realmente, eu concordo com o Ministério da Pesca, o fator que uma
677 das reuniões retirou de pauta essa proposta, foi o que Ministério do Meio
678 Ambiente estaria resolvendo uma legislação própria, estaria fazendo e não
679 necessitava o Conama, paralelamente estabelecer. Lembra-se disso, João?
680 Esse foi o motivo, não foi o motivo por questão de competência não.

681

682

683 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Antes de 2009 eles alegavam que
684 iriam fazer uma norma interna.

685

686

687 **SR. VANILDO (CONSEA)** – Exato.

688

689

690 **SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – E que não precisavam do Conama,
691 por isso que eles queriam parar o documento.

692

693

27

28

694 **O SR. VANILDO (CONSEA)** – Exatamente. Esse foi o ponto que...

695

696

697 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – E depois de 2009 teve essa
698 discussão, não teve a discussão, mas eu imagino que, com esse aparecimento
699 de novas competências e a criação de outro Ministério, deve ter dado uma
700 parada de novo, por conta disso.

701

702

703 **O SR. VANILDO (CONSEA)** – Exato. Então, só a questão, eu acho que a
704 Resolução, inclusive dentro do corpo da própria Resolução, se está definido os
705 órgãos, quem é que vai ter a competência. Eu acho que isso aí, nós não
706 mexemos nisso, nesse... Então, o quadro era totalmente diferente, quer dizer,
707 ele saiu de pauta, está voltando agora, eu até estranhei, está voltando agora
708 com o contexto que não é mais o conteúdo, é quem é que vai aplicar, quem vai
709 ficar no controle. Então, eu acho que é uma realidade diferente agora e esse
710 parecer jurídico é fundamental para se tocar para frente. Era só isso.

711

712

713 **O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Presidente, só
714 uma complementação. Robis, CNCG. Então, se eu fosse aqui, o advogado da
715 jurídica, já falaria, pode uma resolução do Conama falar sobre um outro
716 Ministério? Ponto.

717

718

719 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Galucci. Você quer
720 completar?

721

722

723 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Eu só queria fazer um esclarecimento
724 pontual, porque foi mencionado que isso não teria sido uma demanda do Grupo
725 de Trabalho, mas na 8ª reunião que eu coordenei isso foi, realmente uma
726 demanda, consta da ata de que, se fizesse essa consulta jurídica a fim de se
727 definir a quem compete regulamentar e autorizar a introdução de espécie
728 exótica aquática para a aquicultura.

729

730

731 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João Carlos, CNA. Quando foi a
732 oitava reunião?

733

734

735 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – A 8ª reunião... 03 e 04 de março de
736 2010.

737

738

739 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Dois anos?

740

741

742 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Isso, quase dois anos.

743

29

30

744

745 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Tiveram alguma resposta jurídica?

746

747

748 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – O que ocorreu também, nesse... De
749 recente nesse quadro, foi a Lei complementar 140, recém-editada.

750

751

752 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim, 140 é de agora, dezembro, eu
753 estou perguntando de março 2010 a novembro de 2011, a jurídica deu algum
754 posicionamento?

755

756

757 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Olha, não foi feito porque os trabalhos
758 do grupo foram suspensos em 2010, (*Fala sobreposta*)

759

760

761 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Sim, você não está... A minha
762 pergunta é o seguinte, você acabou de dizer que foi levantado, pelo grupo, que
763 deveria ser feito uma análise jurídica de competência, ou seja. Então, houve
764 uma, assim “uma deliberação do grupo para que se encaminhasse para o
765 jurídico, para que dissesse de quem eram as competências, dia 03 e 04 de
766 março”, aí eu queria saber, se a jurídica deu resposta em cima desse
767 questionamento do GT, das competências. Ou não foi encaminharam? Fizeram
768 essa sugestão e não foi encaminhado para o jurídico?

769

770

771 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Não foi encaminhado na época para o
772 jurídico, agora, eu gostaria que você esclarecesse qual jurídico que você está
773 se referindo.

774

775

776 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – O jurídico que você acabou de
777 dizer, que tinha de dizer de quem eram as competências.

778

779

780 **O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Sim, mas eu não sei se isso está
781 evidente a todos aqui, de que compete a um único jurídico se pronunciar sobre
782 isso.

783

784

785 **O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Não, lógico que não. São dois
786 jurídicos. Então, o GT deveria ter colocado assim, pelo pouco que eu entendo,
787 João Carlos, CNA, o pouco que eu entendo dos tramites internos dos
788 Ministérios, o Ministério do Meio Ambiente está alegando uma competência
789 que está sendo discutida por outro Ministério. Então, você encaminha para o
790 jurídico, o jurídico dá uma análise de competência e o chefe do jurídico assina.
791 Quando isso é jogado, eu não digo jogado, quando isso é apresentado para
792 fora o Ministério, aí o outro Ministério que vai se sentir com a sua competência
793 retirada, faz o parecer dele, dizendo que a competência é do outro Ministério e

794quando existem dois pareceres de Ministérios divergentes, ele sobe para AGU
795e a AGU dá o parecer do Governo Federal. O que eu estou dizendo aqui é o
796seguinte, se você, como representante do Ministério do Meio Ambiente, o
797grupo, que é um grupo do MMA, pelo que eu entendi ou é o interministerial?

798

799

800**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Desculpa, que grupo?

801

802

803**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Esse que você disse que teve a 8^a
804reunião.

805

806

807**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Não, esse grupo é o GT de (*Fala*
808*sobreposta*) do Conama.

809

810

811**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Então, não foi encaminhado
812nenhum questionamento de competência para o jurídico?

813

814

815**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Não, na época não foi encaminhado...

816

817

818**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Alguém errou.

819

820

821**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Nenhum dos Ministérios encaminhou,
822pelo que eu saiba, essa consulta ao jurídico.

823

824

825**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Ou, então, o Conama não
826encaminhou.

827

828

829**O SR. ROBERTO CALUCCI (MMA)** – Ou o Conama.

830

831

832**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Porque o que eu estou dizendo
833aqui é o seguinte, nós estamos dois anos atrasados, esse que é o meu
834questionamento. Desculpa, eu tinha interrompido ele ali.

835

836

837**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Eu só quero... A
838discussão é vazia. A discussão é vazia gente, nós estamos aqui, o tempo é...
839Não ainda nós ficamos aqui questionando, porque não foi, deixou de ir e etc.
840nós estamos com um problema que é a discussão de competência. Pelo que
841eu li do relatório, existem também conflitos na definição do conteúdo técnico,
842existe um grande conflito da definição técnica da Resolução, apesar de ela
843estar ainda em discussão dentro de um Grupo de Trabalho, para depois ser

844apreciada pela Câmara. Então, eu acho que o primeiro ponto, que nós já
845colocamos aqui, que é a primeira questão é a questão da competência,
846determinada a competência, aí nós vamos, a Câmara vai se posicionar a
847respeito de qual o procedimento. Eu acho que nós já gastamos tempo demais
848com uma coisa que, para mim, é claro e evidente.

849

850

851**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Aí Ricardo,
852você quer estar... Chamar o Ricardo para vir, para nós tentarmos deliberar
853aqui?

854

855

856**O SR. RICARDO BONFIM MACHADO (BIOESTE)** – É só uma dúvida,
857sugestão eu não sei, eu não tenho acompanhado esse assunto...

858

859

860**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Identificação.
861Ricardo Bonfim...

862

863

864**O SR. RICARDO BONFIM MACHADO (BIOESTE)** – Ricardo Bonfim Machado,
865da BIOESTE. Para evitar esse vai e volta, de quem é a competência, de quem
866não é a competência, claramente nós estamos em uma situação de bola
867dividida, como era o jacaré, entre a SUDEF e o IBDF, se estava dentro da água
868era SUDEF, se estava na margem era IBDF, mas, talvez a solução fosse, para
869evitar essa verificação de quem é a competência, de elaborar uma portaria
870interministerial, ou seja, os dois Ministérios definem (*Fala sobreposta*).

871

872

873**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Deixa-me
874esclarecer. A questão são duas coisas que são importantes se colocar,
875primeiro que o objeto principal da proposta de resolução são espécies exóticas
876invasoras, que nós temos espécies exóticas, tudo bem, mas a intenção do
877controle é essa. A questão do controle é essa. Mas, a questão principal aqui,
878colocada, é se e matéria do Conama isso, porque se for de competência
879federal regulamentar esse assunto. Então, isso se remete aos Ministérios que
880são competentes para isso, que ou é o Ministério da Pesca, são os dois juntos,
881porque a lei do Ministério da Pesca atribuiu, a competência é compartilhada
882com os dois. Então, tem uma Câmara Técnica específica para isso. Então, a
883questão é essa, se é ou não matéria do Conama. Pelo que foi colocado agora,
884recentemente, em termos, tanto da lei do Ministério da Pesca como é a lei 140,
885me parece pela leitura que eu fiz aqui, que isso possivelmente é matéria
886federal, não do Conama. Então, nós só precisamos esclarecer isso, eu acho
887que é o que está sendo deliberado aqui, enfim, todos os encaminhamentos
888convergem para isso. A minha pergunta é como se faz, nós vamos
889simplesmente suspender isso aqui e fazer a consulta por meio da Câmara
890Técnica, qual a aplicação de suspender? Eu queria um esclarecimento com
891relação a isso.

892

893

35

36

894 **SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João Luis,
895 DConama. Assim, a Câmara Técnica tem bastante autonomia nesse sentido,
896 existem até outros casos que antecedem esse aí, que é a matéria colocada em
897 suspensão até que haja uma manifestação que propicie a continuação da
898 discussão. Se todos entendem, realmente, que não há como retomar o GT,
899 porque nós tivemos assim, teve vários processos. Então, como esse processo
900 estava há dois anos já parado, teve até a etapa que nós propomos, pelo
901 próprio departamento, arquivamento, porque o GT tinha o relatório de
902 conclusão, só que chegou aqui na reunião a própria SUDEF se manifestou
903 dizendo que tinha interesse em continuar, agora nós estamos vendo que,
904 realmente, parece que não vai avançar por causa da questão de competência.
905 Então, nada impede a Câmara Técnica botar isso em suspensão até que sejam
906 emitidos esses pareceres, que possam instruir a Câmara Técnica a votar pela
907 continuidade ou saída do Conama, não precisa necessariamente arquivar para
908 todo o sempre, basta colocar em suspensão até que esses pareceres sejam
909 emitidos, essa é uma possibilidade para não tirar do Conama.

910

911

912 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – (...) Nós
913 suspendemos, então, esse processo, a discussão desse processo dentro da
914 Câmara e nós fazemos uma consulta por meio da Câmara Técnica, agora, uma
915 vez que ninguém fez a consulta, nós fazemos a consulta formal para a Câmara
916 Técnica. Tem aqui duas inscrições. Deixa completar detalhe.

917

918

919 **SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – É que tem mais
920 um detalhe. Se a matéria vier nitidamente diferente, como se realmente fosse
921 uma nova proposta, cabe informar que agora, como nós temos um novo
922 procedimento de entrada de matéria, deveria ser uma nova minuta, um novo
923 processo, aí sim, seria feito um novo processo. Então, cabe também entender
924 o quão diferente viria essa matéria para o Conama.

925

926

927 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Na verdade o que
928 vai vir é um parecer dizendo se é ou não matéria do Conama, é isso que nós
929 estamos pedindo. E se for matéria do Conama, e se nós decidirmos que vai ser
930 uma nova proposta, é outra decisão, mas agora, nesse momento, nós
931 precisamos saber se é ou não matéria do Conama, essa Resolução. David,
932 você quer fazer mais alguma...

933

934

935 **SR. DAVID CONWAY OREN (MCTI)** – Não... David Conway, do Ministério
936 da Ciência Tecnologia e Inovação. Urge-se que esse seja ágil, porque é
937 patente, que segundo a causa, a perda de biodiversidades do mundo, é
938 espécies invasoras exóticas, tem claros conflitos, em termos de quem que
939 promover e quem quer desinibir e continua a ser um problema, foi apenas a 12
940 anos que aquela espécie de bagre africano foi introduzido a Cuba, com
941 orientação da FAO e depois tinha um furacão conseguindo se espalhar pro
942 todos os corpos d'água da ilha, devora tudo e acabou com a pesca da ilha, o
943 problema com as espécies de bagres que foram introduzidos ao sistema do Rio

944Mississippi, que com aquele canal que evita que a poluição de Chicago entre o
945lago Michigan, eles tinham que colocar duas barreiras elétricas que não tem
946garantia nenhuma que eles, realmente vão evitar que essas espécies exóticas
947invadem o sistema dos grandes lagos (...). É um problema gravíssimo e no país
948mais rico em biodiversidade do mundo e mais rico em espécies, peixes de
949água doce, urge-se que esse seja resolvido e trazido para a instância
950competente, para realmente regulamentar isso. É muito importante, para todos
951os interessados.

952

953

954**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Nós
955entendemos a importância da matéria, eu só pediria ao nosso (...), uma vez
956quem já tem o encaminhamento já definido, que nós, as falas, que você pediu a
957fala, Danielle, se alguma coisa que acrescenta ao encaminhamento, que senão
958eu pediria para nós podermos fechar esse assunto.

959

960

961**A SR^a. DANIELLE BLANC (MPA)** – Inicialmente eu gostaria só de fazer um
962esclarecimento. Essa normativa ela trata pura e simplesmente de espécies
963exóticas, não de espécies exóticas invasoras, o que talvez esteja causando
964confusão é, uma Câmara Técnica permanente, que existe dentro, no âmbito da
965Conabio, que essa sim, trata de espécies exóticas invasoras e onde foi
966pensado aqui, como um documento da Conabio. Essa matéria trata apenas de
967espécies Exóticas, não entrou, em algum momento da discussão entrou o
968potencial invasivo das espécies, mas isso dentro das minutas de discussão.
969Então, eu acho que isso é muito importante ficar claro aqui, para nós sabermos
970do que nós estamos tratando. A outra coisa, eu só pediria que o
971encaminhamento fosse claro no sentido assim, de quem fará o
972encaminhamento, se a Câmara Técnica, é o Conama, se a mesma consulta vai
973ser feita em um momento único, a CONJUR do MMA e a CONJUR do MPA, o
974mesmo documento para nós não termos sobreposição ou problemas depois
975de consultas divergentes. Então, como é que se dá, eu pergunto isso ao
976Conama, um esclarecimento, como é que se dá esse encaminhamento? Sai
977um ofício, Conama, dirigido as duas CONJURs, aos Ministérios e encaminhado lá
978dentro? Como é esse procedimento?

979

980

981**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Eu vou pedir para o
982João esclarecer, só antes deixar claro que, a consulta é se é ou não matéria do
983Conama, se não for matéria do Conama é matéria federal, em termos federal.
984Então, se é matéria do Conama vamos discutir, se não é. Então, quem tem que
985regular são os órgãos federais. Então, essa é a consulta é a vai ser feita, como
986vai ser feita, o João é aqui esclarece.

987

988

989**O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – Bem, João,
990DConama. Uma vez deliberado, nós poderíamos, realmente emitir um ofício
991daqui do departamento, se determinado que o Conama faz... O DConama faria
992a consulta, o DConama pode fazer um ofício daqui para a nossa CONJUR. Eu
993só não consigo visualizar nós fazendo uma consulta a CONJUR de outro

994Ministério, possivelmente nós poderíamos encaminhar a decisão da Câmara
995Técnica daqui, solicitando que lá eles fizessem a consulta, mas não tem
996nenhum problema sair do departamento a deliberação da Câmara Técnica da
997CONJUR.

998

999

1000**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João de Carli, CNA. Se eu não me
1001engano existe um Grupo de Trabalho interministerial, entre o Ministério da
1002Pesca e o Ministério do Meio Ambiente, para tratar dessas competências.
1003Então, eu acredito que nós, do Conama, poderemos encaminhar para o
1004representante do MMA, nessa Câmara Técnica, Grupo de Trabalho, não sei
1005como é que chama, para ele, nesse trabalho entre eles, discutir para cada um,
1006aí porque, eu estou tentando dizer como mandar esse documento para o
1007jurídico do MPA, eu acho o que único jeito que nós aqui, dessa Câmara
1008Técnica podemos é isso, mandar para o representante do MMA, o MMA coloca
1009nesse grupo e o grupo passa cada um para a sua jurídica.

1010

1011

1012**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Deixa... Bom, o
1013representante da Câmara Técnica tem aqui um, tem aqui outro, é uma Câmara
1014Técnica, que tem a Câmara Técnica gestão pesqueira, no âmbito dos dois
1015Ministérios, que discute exatamente as normas. Eu só faço uma pergunta a
1016você, porque o que vai solicitado, em termos de consulta, que dizer,
1017consultado a jurídica, é se é ou não matéria do Conama, não vamos entrar
1018agora, aqui, em uma discussão se é matéria do MMA ou do MPA, se é ou não
1019do Conama, para que nós possamos colocar em discussão aqui. Então, eu
1020acho que é possível nós perguntarmos isso a CONJUR do MMA, que ela possa
1021esclarecer, não vejo porque solicitar, fazer mais uma triangulação com o MPA,
1022eu acho que não há, até porque, os dois Ministérios eles compartilham as
1023responsabilidades, eles veem discutindo norma. Então.

1024

1025

1026**A SRª. DANIELLE BLANC (MPA)** – Danielle MPA. Nesse caso, o que se
1027trata? Essa Comissão compartilhada ela trata de ordenamento pesqueiro, é um
1028Comissão... João, essa Comissão que você se referiu, é uma Comissão que
1029trata de ordenamento pesqueiro, gestão pesqueira, é outro tema que não é
1030afeto aqui e no caso nós estamos falando de matéria jurídica de competência,
1031entendeu? Então, não ainda nós consultarmos os membros, as pessoas que
1032participam e sim, nós temos que ouvir a parte jurídica. E como o Ministério da
1033Pesca é citado como, independente da questão se é tema afeto ou não, porque
1034em uma dos pareceres diz que é afeto ao Conama e depois outro coloca a
1035problemática da competência entre o MMA e o MPA, o MPA, gostaria sim, que
1036fosse consultado. Eu acho que nós podemos fazer isso até no sentido de não
1037retomar essa discussão lá na frente ou de lá na frente ser encaminhado para
1038um novo ministério para se posicionar, eu acho que nós ganhamos tempo,
1039entendeu? E já houve as duas pastas se pronunciando sobre o assunto,
1040porque isso facilita até em um momento seguinte, que se o CONAAM disser
1041que não, nós, as duas CONJURs já vão ter se posicionado, mais ou menos,
1042matéria de quem é. Então, se for o ministério da Pesca, ele vai coordenar os
1043trabalhos e vai tocar por lá, se for o Ministério do Meio Ambiente ele vai tocar

1044por aqui. Então, eu acho que nós podemos aproveitar essa consulta, não digo
1045nem... Já que a consultoria do Ministério do Meio Ambiente ela pode servir não
1046só se é matéria do Conama ou não e sim dizer de quem é essa é competência,
1047porque essa Resolução que deu início aos processos, ela era a época tratada
1048pelo Ibama. Então, eu acho que nós podemos, no sentido de ganhar tempo e
1049dada à importância do tema e o arrasto ao longo do tempo, já fazer uma
1050consulta mais completa perguntando, se é matéria do Conama ou de quem é,
1051se é Ministério da Pesca ou Ministério do Meio Ambiente e ouvir as duas
1052consultarias jurídicas, caso o posicionamento contrário ou alguma coisa,
1053realmente, aí vai para AGU, mas eu saliento a necessidade.

1054

1055

1056**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – A dúvida agora é
1057se consulta um ou os dois. A Adriana está aqui eu pedi para ela vir aqui, até
1058mesmo para esclarecer um pouco, como é feita a consulta

1059

1060

1061**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1062**DConama)** – Então, voltando agora, deixa tentar entender. Nós, Conama, não
1063podemos pedir uma consulta ao Ministério, a CONJUR do Ministério da Pesca,
1064mas os Conselheiros do Ministério da Pesca podem pedir essa consulta, isso é
1065tranquilo. A minha dúvida, agora que eu cheguei aqui, é assim, o que é mais
1066pertinente em razão do assunto? É pedir primeiro que o Ministério da Pesca se
1067manifeste ou primeiro o Ministério do Meio Ambiente, com as suas
1068consultarias? Porque mandar... Concomitante, embora pareça ganhar tempo,
1069podem vir interpretações distintas, isso em termos jurídicos não me parece tão
1070interessante, porque cada um vai ter um foco diferente, vão falar de coisas
1071diferentes, depois nós ficamos com dois pareceres aqui na mão e continua sem
1072saber o que fazer com eles. Então, a minha pergunta para a Câmara é assim,
1073se pela natureza do assunto quem seria... Parece-me que é melhor consultar
1074primeiro um depois o outro, por isso, porque os enfoques são distintos, não têm
1075hierarquia. Então, vai ficar aquela coisa solta e o que seria melhor, qual a
1076ordem dos dois? Eu queria ouvi-los.

1077

1078

1079**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Robis, CNCG.
1080Eu não sei, a minha sugestão de encaminhamento aqui, porque me parece que
1081nós já começamos a... Nós, como não temos uma resposta muito clara de
1082como fazê-lo, a minha sugestão é a seguinte, parece que essa Câmara
1083Técnica manifesta o interesse de ouvir as jurídicas de ambos Ministérios, como
1084isso vai acontecer, talvez fosse interessante nós deixarmos para o DConama, a
1085sugestão que eu daria, como advogado que também sou, é que, simplesmente
1086ouvisse os dois ao mesmo tempo, porque, senão a pessoa... Eu vou dar um
1087parecer em cima de alguém que deu o parecer para contradizer. Isso pode
1088gerar um calor, porque você pode sim, ter posições diferentes, para isso você
1089tem que ter um órgão superior, que é a AGU, para falar. É claro que se eu sou
1090do Ministério do Meio Ambiente eu vou dizer que é interesse ambiental e tal, se
1091eu sou da pesca, mas eu sou da pesca, eu que tenho eu decidir. É assim que o
1092direito se constrói. Então, como isso deve acontecer eu não sei, eu acho que
1093nós não temos a receita de bolo, eu acho que aqui, essa Câmara tem que pedir

1094para o DConama é o seguinte, nós manifestamos o interesse de que, as duas
1095jurídicas se manifestem a respeito desse assunto, agora, qual é o trâmite, se
1096passa para um, para outro, eu acho que nós não temos que entrar nesse
1097mérito, nós não conhecemos isso.

1098

1099

1100**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – É possível fazer as
1101duas consultas simultâneas?

1102

1103

1104**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1105**DConama)** – Então, o que nós faríamos era a consulta ao Ministério, a
1106CONJUR do MMA e um pedido aos Conselheiros do Ministério da Pesca, na
1107Plenária, nos referindo a esta Câmara e a pessoa do Ministério da Pesca, que
1108é membro desta Câmara, contando essa história e solicitando uma consulta a
1109CONJUR do Ministério da Pesca. Está bem assim? Robis, o meu argumento
1110era o mesmo teu, só que vindo exatamente ao contrário. Operacionalmente,
1111quando os dois falarem...

1112

1113

1114**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – (*Fala*
1115*sobreposta*) Mais fácil rebater os argumentos que já estão lá, entendeu?

1116

1117

1118**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1119**DConama)** – Quando os dois tiverem olhares distintos e, eventualmente tiver
1120que ir para a AGU, é um nós danado, mas o meu olhar é exatamente igual ao
1121seu, ao reverso. (*Risos!*) Mas, está bem, em termos de decisão da Câmara, se
1122for isso, nós encaminhamos dessa maneira.

1123

1124

1125**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Eu só gostaria a
1126deixar bem claro, eu acho que pela quarta vez, que a consulta é sobre a
1127competência em regulamentar o assunto, se é matéria do Conama ou não, se
1128me matéria do MMA ou o MPA, isso não entra na nossa consulta. Então, isso é
1129outra questão, se vocês vão consultar lá, o MPA, a consulta é essa, é matéria
1130do Conama, é matéria federal.

1131

1132

1133(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*).

1134

1135

1136**A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do**
1137**DConama)** – (...) Do MMA. Correto? Se a pergunta é, é competência do
1138Conama, disciplinar sobre esse assunto? aí é a CONJUR do MMA quem fala.
1139Entendeu? Porque o Conama faz parte do SISNAMA...

1140

1141

1142(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1143

1144

1145 **A SR^a. NÃO IDENTIFICADA – O MPA...**

1146

1147

1148 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) –** Marcílio Caron. O
1149 problema é o seguinte, eu concordo plenamente com a Doutora, deve ser
1150 consultado o CONJUR do Ministério, se a posição dele for contrária ou
1151 desagrada a atender os anseios do Ministério da Pesca, o Ministério da Pesca
1152 vai se manifestar.

1153

1154

1155 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1156

1157

1158 **O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal) –** Perfeitamente, porque
1159 quem dá o respaldo jurídico para o Conama é a Procuradoria Jurídica do
1160 Ministério do Meio Ambiente ou, senão, não sei se caberia isso, a Câmara de
1161 Assuntos Jurídicos do Conama, seria mais complexo, seria uma coisa mais...
1162 Eu acho que caminhando para o jurídico do Ministério, seria o caminho mais
1163 fácil de se resolver isso.

1164

1165

1166 **A SR^a. ADRIANA SOBRAL BARBOSA MANDARINO (Diretora do DConama)**
1167 – Esse negócio do microfone hoje está chato, porque realmente não tem
1168 empresa e os nossos aparelhos são limitados. Vejam se fica bem essa
1169 solução. encaminhamos para a CONJUR do MMA falar se o competente é o
1170 Conama. Quando vier a resposta, ao invés de colocar isso direto para a
1171 Câmara, aí sim, através dos Conselheiros do Ministério da Pesca, nós daremos
1172 ciência para eventual consulta a CONJUR do Ministério da Pesca, porque aqui
1173 nós estamos falando simplesmente sobre competência do Conama e não sobre
1174 a competência dos dois Ministérios, que tem uma zona limítrofe que é
1175 complicada, mas nós estamos falando só do Conama em relação a essa
1176 Resolução. Então, eu acho que assim fica bem, não é concomitante, é primeiro
1177 para uma depois para outra. E aí a questão da Câmara de Assuntos Jurídicos,
1178 Caron, pode ser que a CONJUR entenda que é matéria da CTAJ sim, a
1179 questão nossa é que a CTAJ só fala quando já tem a Câmara decidido e nesse
1180 caso nós estamos parando antes, a câmara já resolveu parar antes, para ouvir
1181 uma posição jurídica e depois continuar os trabalhos, agora, pode ser que a
1182 CONJUR entenda isso, porque a CONJUR do Ministério do Meio Ambiente tem
1183 resistência em se manifestar, por uma questão de procedimento formal. Como
1184 ela é a instância última que fala sobre a legalidade da norma aprovada em
1185 plenário, para que a Ministra, como Presidente do Conselho, possa assinar o
1186 ato, se ela se manifesta antes e, eventualmente essa posição é derrubada,
1187 porque ela se manifesta, tem dúvidas regimentais, se a manifestação dela é
1188 terminativa ou não. Então, se ela se manifesta antes e, eventualmente, após a
1189 minuta, segue adiante, ela já está prejudicada a manifestação dela
1190 posteriormente. Então, isso cria um desgaste, cria o esvaziamento da
1191 atribuição dela. Então, tem resistências. Eu estou adiantando isso porque,
1192 eventualmente uma resposta dela pode sim, ser assim, olha, não é
1193 competência nossa nos manifestarmos agora, isso fica para depois. Com o

1194novo regimento o CIPAM tende a resolver esse tipo de problema, porque o
1195CIPAM vai olhar a admissibilidade e dentro de admissibilidades estão questões
1196de competência. Então, quando for matéria nova, o caminho para solucionar
1197isso seria via CIPAM, antes de ter à tramitação toda pela Câmara, que fica
1198nessa conversa, pode ou não pode, é competente ou não é competente, só
1199que essa matéria já está em andamento, também não podemos remetê-la para
1200o CIPAM. Então, eu vou tentar essa solução, encaminha para a CONJUR do
1201Ministério e vê como é que fica. Está bem.

1202

1203

1204**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Então, só para
1205entender, depois da consulta, da resposta do Ministério do Meio Ambiente, da
1206CONJUR, encaminha aos Conselheiros, os Conselheiros do Ministério da
1207Pesca, se tiver, se achar interessante consulta a sua jurídica. É isso?

1208

1209

1210**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Antes de apresentar para a Câmara Técnica.

1211

1212

1213**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Antes de nós
1214decidirmos colocar de novo em pauta, nós resolvemos toda essa questão. Mais
1215alguma coisa?

1216

1217

1218**O SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Na verdade, só
1219já entendendo que encaminhamento vai ser esse, eu só queria insistir, eu
1220acharia mais adequada fazer a consulta ao mesmo tempo. Não é o
1221encaminhamento que nós percebemos aqui, mas eu queria deixar registrado,
1222Robis, CNCG. Eu acho mais adequado fazer um encaminhamento conjunto,
1223porque, obviamente, sobre o prisma ambiental, o Conama pode falar sobre
1224isso, mas vai dar questão de legalidade e vai bater na jurídica. Eu estive na
1225última jurídica, primeira questão que eles vão olhar. Então, se nós não tivermos
1226muita segurança, a minuta não passa, quer dizer, a ideia é evitar esse
1227problema. Por isso que eu insisto aqui, pelo menos, na minha posição, que nós
1228deveríamos ouvir os dois Ministérios ao mesmo tempo, para que os julgadores
1229da jurídica tenham bastante segurança sob o aspecto da solução final disso.

1230

1231

1232**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok, registrado.
1233Então, todos de acordo com o encaminhamento? Com a ressalva feita pelo
1234Robis? Ok? Fica suspenso até que nós possamos ter esse esclarecimento
1235jurídico, em relação à competência da matéria, de quem regulamenta essa
1236matéria. Podemos passar, então, para o segundo item da pauta? O processo
1237683/2011, esse mais recente, que o outro já fez quase 10 anos, esse, pelo
1238menos, tem um ano, a regulamentação para o manejo de quirópteros. Eu
1239gostaria... Nós temos uma proposta, temos dois argumentos, dois pareceres
1240técnicos que foram apresentados, com relação à matéria. Alguém tem
1241interesse em fazer uma apresentação antes?

1242

1243

1244A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER) – Bom dia novamente. Lisiane, Mover
1245Mira Serra. Essa proposta sugeriu enquanto Mira Serra, na gestão passada, no
1246Rio Grande do Sul, só dando um histórico. Eu também sou funcionária, sou
1247bióloga da prefeitura de Guaíba, 20 anos e nós lidamos com problemas de
1248morcegos, principalmente urbanos, que não tem nenhuma instrução normativa
1249mais eficiente para ser seguida pelos órgãos ambientais, municipais. Então,
1250como... Fizemos um grupo, com a bióloga da secretaria de Meio Ambiente de
1251Porto Alegre, de Eldorado do Sul, de Canoas, Rio Guaíba, enquanto ONG,
1252enquanto prefeitura e também com especialista no tema Susi Missel Pacheco,
1253inclusive é citada em um dos pareceres, ela tem uma entidade ambientalista
1254também e foi a minha colega na pós-graduação. Então, feito o grupo, nós
1255trabalhamos em cima de uma proposta, encaminhei como uma possibilidade de
1256resolver essa questão nos municípios, porque o (...) que é uma meleca,
1257(*Risos!*) que, inclusive é bom para formiga, porque ela fica grudada na meleca.
1258Então, eu imagino o que acontece com os morcegos e é o que consta aqui, em
1259um documento que foi entregue pela colega Angélica, sobre o que está
1260acontecendo em Curitiba, com os morcegos, que ficam também presos na
1261meleca, esse gel, que eu não sei se é o mesmo, que não descreve qual é o
1262nome, mas eu acredito que seja muito parecido com esse, estava já sendo
1263distribuído nas prefeituras, pelas empresas, que tem deixado o animal
1264agonizante, todo envolto nessa geleia, quando simplesmente as empresas
1265contratadas pelo cidadão, longe da prefeitura, eliminam completamente o foco.
1266Então, esse problema, as prefeituras não estão conseguindo resolver ou nós
1267fazemos que não vemos e fica a cargo do cidadão se comprometer legalmente
1268por em extermínio, que não vai ser também fiscalizado, porque não tem nem
1269como fiscalizar isso daí ou a prefeitura assume isso, que não tem funcionários,
1270a maioria não tem nem biólogo que tenha um pouco de esclarecimento, como
1271eu tenho com a colega, que é especialista no tema e que me apresentou
1272algumas soluções de como mudar o ambiente, do forro e as medidas a serem
1273tomadas, que o próprio cidadão pode fazer para afugentar sem ser realmente
1274radical ou fazer o manuseio. Então, a proposta sugeriu disso. Nesse início
1275agora, de reunião, eu estava falando com o pessoal da UnB e também do
1276Chico Mendes e dentro da proposta que foi, dentro do parecer que foi feito, os
1277dois são favoráveis, eu acho interessante a matéria, ao contrário do que na
1278última Câmara Técnica, que foi dito, não é João? Que tinham problemas, que
1279não ia dá, não sei o que, os dois pareceres são favoráveis é um, inclusive,
1280coloca uma questão bastante pertinente, que é o protocolo de manuseio,
1281quanto você tem que retirar esse animal e colocar em outro lugar, fazer uma
1282translocação. Isso eu não sei se é competência dessa Resolução, porque eu
1283acho que engessa, dependendo do local que vai ser feito, uma coisa é fazer o
1284manuseio no Rio Grande do Sul, outra coisa é fazer lá no Norte. Então, eu
1285acho que é interessante, que talvez nós possamos colocar, todos devem ter
1286lido a proposta, colocar como um artigo que estabeleça que esse protocolo de
1287manuseio ou protocolo de sugestões, de alteração de ambiente para a saída do
1288morcego, seja feita pelos três órgãos ali citados, que é o Ministério da
1289Agricultura, do Ambiente e da Saúde. Então, aí se daria um tempo, dentro
1290desse artigo, para que eles estabelecem esse protocolo, porque depois vai
1291rebatem em Estado, município e assim por diante. Então, essas seriam as
1292considerações iniciais sobre a proposta, que a instrução normativa ela é
1293bastante confusa, também queremos tirar o rótulo de que morcego é um animal

1294nocivo, é uma praga, como consta na instrução normativa, não é nem
1295educativo, a ponto da pessoa querer realmente erradicar o animal, porque é
1296uma praga e é nocivo. Então, nós queremos tirar essa atenção para esse
1297aspecto negativo, que são poucos e também ensejar que as pessoas comecem
1298a ver o morcego como um aliado no combate a outras pragas, mosquitos,
1299moscas, baratas. Então, existem casos clássicos lá no Rio Grande do Sul,
1300conduzidos pela própria doutora Susi Missel Pacheco, de mostrar que o edifício
1301de onde foi retirado o foco de morcego, aumentou o número de mosquitos, de
1302todas as outras pragas, as pessoas começaram a sentir saudades dos
1303morcegos que estavam no sótão do edifício. Então, é essa a ideia, esperamos
1304que nós possamos avançar na questão e ter algum encaminhamento ainda
1305hoje, porque nos pareceres, quem fez os pareceres não estavam na última
1306reunião, nós tivemos que, então, convocar essa. Então, esperamos que isso
1307adiante a matéria um pouco. Obrigada.

1308

1309

1310 **SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Nós temos
1311aqui, presentes alguns especialistas, que eu gostaria de dar a palavra. Eu só
1312queria comentar agora, também como biólogo, que eu tive contato com a
1313matéria quando eu preparei para a reunião e que eu acho até muito pertinente
1314o objetivo da Resolução, agora, há coisas ali que me preocupam bastante, eu
1315acho que nós temos que avançar, mas temos que melhorar muito, há questões,
1316para mim, cruciais, principalmente com relação ao que fazer depois com os
1317animais, o que não se retira, você captura, o que você fazer com eles, como é
1318que você vai Inter locar. Então, assim, porque nós já temos experiências com
1319Inter locação em espécies selvagens de animais, de uma área para a outra,
1320nós sabemos que tem implicações graves com relação a isso. Aí vocês vão
1321comentar, nós vamos discutir isso aqui, eu vou te dar a palavra, mas eu
1322gostaria, eu vou, logo depois que você comentar, eu queria pedir palavra aqui,
1323da Doutora Ludmila, especialista em morcegos, da UnB.

1324

1325

1326 **A SRª. LISIANE BECKER (MOVER)** – Eu só queria adiantar esse teu
1327comentário, porque isso acontece com todos os animais e, inclusive a
1328Resolução do substitutivo avançava um pouco, claro, não vamos pegar a parte
1329quirópteros, mas avançava um pouco, porque eu ainda, nessa... Não saio
1330daqui hoje sem me manifestar sobre o que está acontecendo no Ibama, com a
1331entrega de animais por órgão ambientais não estão sendo aceitos, está uma
1332calamidade, está levando ao crime qualquer individuo e qualquer órgão
1333ambiental. Então, esse negócio de... Hoje em dia esses focos de morcegos, os
1334hematófilos, nem os hematófilos estão sendo marcados, pelo próprio Ministério,
1335eles não estão sendo marcados, simplesmente levam aquela substância para
1336matar e não se vê qual é a quantidade, não se vê qual é a espécie, não se vê
1337nada. Não existe nada nesse assunto. Então, eu acho até muito bom que nós
1338façamos isso, só que a exequibilidade disso é que me preocupa. Então, quanto
1339mais, é aquela questão, o ótimo é inimigo do bom, porque nós começamos a
1340colocar tantos critérios em uma Resolução, além de engessar, não existem
1341pessoas o suficiente para fazer isso e no final nós vamos voltar ao ponto que
1342nós estamos hoje, vamos matar os animais porque não tem condições de fazer
1343tudo isso. O caso de recolocação, de translocação, é um ponto bem específico,

1344só para algumas situações bem específicas que pôde sim, ser colocada aqui,
1345em um artigo também específico para isso, mas o grande problema mesmo,
1346são os morcegos urbanos ou periurbanos que não têm essa... Normalmente
1347não é o caso de manuseio e translocação, nós podemos botar um artigo, mas
1348eu não quero sim, que fique essa ideia, como você colocou, que seja para
1349todos, porque não é isso e nós vamos engessar de novo, a prática que hoje
1350está totalmente impraticável, uma prática impraticável, porque, na verdade,
1351todo animal que é translocado ele tem que ser sim, tem que ter determinada
1352espécie, tem que ver o número de animais, tem que ver o número de animais,
1353tem que ver um local adequado, isso é uma coisa que está até na 179. Então,
1354eu só queria deixar bem claro isso.

1355

1356

1357**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Só deixar claro
1358também, da minha parte, que o comentário que eu fiz não é no sentido de
1359engessar, muito pelo contrário, nós temos que encontrar uma saída, uma
1360solução para isso, mas é uma questão, realmente que nós, do ponto de vista
1361puramente técnico, se debate o tempo todo, nunca há uma solução definitiva e
1362boa para isso aí, mas vamos ter que enfrentar. Se vocês me permitirem, eu
1363gostaria de ouvir aqui, com todos, a Doutora Ludmila, especialista de
1364morcegos, da UnB. Por favor, no microfone e identificação, por favor, Ludmila.

1365

1366

1367**A SRª. LUDMILA AGUIAR (UnB)** – Ludmila Aguiar, da Universidade de
1368Brasília. Eu tinha feito uma apresentação, mas eu acho que nem cabe, porque
1369o que eu acho que tem que ser colocado na Mesa é o seguinte, nós estamos
1370tratando de um animal, que vocês acabaram a falar sobre isso, espécies
1371autóctones, nativas, silvestres ou selvagens e colocando no mesmo nível de
1372espécies exóticas. Então, quando você terceiriza o serviço de resolver o
1373problema de uma espécie silvestre ou selvagem em área urbana, você está
1374simplesmente jogando a responsabilidade que são de três Ministérios, na mão
1375de terceiros. Isso é um ponto. Segundo, você está tratando, em uma instrução
1376normativa, que está falando de extermínio de praga, praga tem um conceito
1377que o Ministério da Agricultura adota, o Ministério do Meio Ambiente também,
1378que é a origem é essa, que não cabe a esse animal, ele sim, ele forma grandes
1379colônias, mas ele reproduz uma vez por ano, no máximo duas. Então, ele nem
1380é uma praga, ele é um problema, em algumas regiões, não nego, nós temos
1381esse problema e à medida que você vai se afastando dos trópicos, você vai até
1382aumentando, porque você vai tendo menor número de espécies, mas, mais
1383espécies, talvez, que ocupem ambientes mais urbanizados, que são espécies,
1384geralmente insetívoras e muitos incômodos também, por espécies frugívoras,
1385isso ao longo do País inteiro, que utilizam frutos e se abrigam. Agora, isso não
1386justifica resolver esse problema terceirizando como se fosse uma barata, isso é
1387fauna silvestre, protegida por lei. Colocado esse ponto, o segundo. Essas
1388espécies, esse grupo de mamíferos silvestres, ele tem uma importância muito
1389grande, por quê? Nós desconhecemos hoje em dia, não só com morcego, mas
1390com outros animais silvestres, o impacto dessa proximidade que nós estamos
1391causando com eles, morcego nós conhecemos raiva, raiva é um problema
1392agrícola, ambiental e etc. etc.. Como é que nós vamos ter se nós não temos
1393controle do uso? Todo mundo sabe que tem legislação de fauna que deveria

1394ser cumprida, o cara que faz esse trabalho ele já passa um gel que mata o
1395morcego, porque o morcego é incapaz de se descolocar, quer dizer, eu puno,
1396em um cara que pega um lagarto ou um passarinho que é bonitinho, mas deixo
1397o cara exterminar e botar em sofrimento um outro bicho silvestre, porque é
1398feinho. Então, eu acho que nós estamos misturando problemas. Existe hoje, no
1399país, um problema que é como tratar animais silvestres ou selvagens, depende
1400do apego que você tem a origem da palavra, em áreas urbanas. Existe, nós
1401temos aqui um representante, uma profissional que trabalhou com isso anos,
1402que é a Doutora Angélica Bret, existe uma publicação dela explicando como
1403manejar morcegos em áreas urbanas, eu tenho aqui, no meu computador,
1404disponível na Internet, que não é divulgado, o próprio nós vemos. Desculpa, eu
1405não estou falando mal, mas acontece isso, eu estou só colocando como é difícil
1406você ter controle, se você tem uma legislação que protege a fauna, você vai
1407liberar outra que desregula só porque o bicho é feio? Eu vou matar bicho agora
1408porque é feio? Então, se você tem um Ministério que financiou, o Ministério da
1409Saúde, como manejar, porque nós não encaramos esses problemas? Sabe,
1410assim, nós estamos só adiando um problema de bicho que está transmitindo.
1411Eu vou lá, tiro esses morcegos, eles vão para onde? Você mesmo falou que
1412você não conseguiu ninguém que vá lá e anote. Como é que eu vou avisar se o
1413morcego está com raiva? Quem vai se preocupar com isso? Você está em
1414pânico, que sua casa está entupida de morcego, morcego mordeu alguém,
1415você vai ficar preocupado se o cara está botando anilha, se o cara está
1416enviando para “*paster*” para olhar se você... Quer dizer, o que vai acontecer
1417com essa doença, que nós desconhecemos, quando isso for levado por
1418terceiros? Ah, mas a pessoa, afirma vai ter um biólogo. Quem vai fiscalizar
1419isso? Quem garante isso? Então, assim, para impacto de EIA/RIMA, que nós
1420sabemos que tem uma legislação toda, que todo mundo deve contratar biólogo
1421formado ou pessoa capaz, você contrata recém-formado ou pessoa capaz,
1422você contrata recém-formado e o recém-formado assina e um outro biólogo
1423que vem assinar por ele. Quem vai controlar? Quem vai se responsabilizar
1424depois, daqui a cinco, dez anos, com o impacto de doenças que as pessoas
1425foram carregando por aí, porque nós desconhecemos esse tipo de informação,
1426nós não estamos embasados, nem técnico e nem cientificamente para jogar
1427essa responsabilidade na mão de terceiros. Então, essa é assim, nós temos
1428problemas? Temos, não é só com morcego, está é morcego e mais um bando
1429de bicho, mico, leopardo... Leopardo não. Puma, suçuarana, que entra em
1430cidade, macaco que morde pessoa, que nós não temos isso divulgado, nós não
1431tratamos isso como uma coisa, só porque nós somos um país continental, cada
1432região tem o seu problema, cada região tem... A região Sudeste e Sul você não
1433pode comparar com a região Norte e Nordeste, em resposta aos problemas
1434dessas regiões. Então, assim, eu acho que é adiar um problema e decretar
1435outro, que nós não temos o menor conhecimento e nem o mínimo controle do
1436que isso pode causar. O que eu faço quando eu solto uma colônia de, o que?
1437Três mil morcegos que tinham no prédio aqui? O que vai acontecer com esse
1438prédio, essa região onde esses três mil morcegos estavam? O que vai
1439acontecer com a fauna dos outros morcegos e com a agricultura onde eles
1440comem pragas, aqui, principalmente, em Brasília, que é uma região toda... O
1441que vai acontecer se eu tiver esse déficit de três mil morcegos? Ninguém sabe.
1442Então, assim, eu entendo que as pessoas têm problema, agora, eu entendo
1443que as pessoas responsáveis têm que assumir isso, eu tenho publicações, eu

1444tenho que educar a população. Outra coisa, por que a febre aftosa, quando tem
1445um pico tem vacinação grátis, mas a raiva não tem? Então, assim, nós estamos
1446discutindo aqui, valores, eu sei que o problema existe, movido muito por
1447pânico, porque ninguém está fazendo uma proposta de a firma exterminar
1448lagarto invasor, porque ninguém porque se preocupa com lagarto invasor
1449porque não incomoda, mas assim, tem um risco muito grande envolvido, que
1450nós ainda não temos respostas técnicas e científicas para responder, caso
1451venha ser um problema ali na frente. Assim, eu acho que tem que pensar
1452nesses termos, não estou negando que não tenha problema e nem estou
1453defendendo, estou defendendo uma atitude precipitada e a aproveitar para
1454encaminhar a necessidade de ter um grupo para discutir o que se fazer, seja lá
1455em que nível for de problema, com espécies selvagens e silvestres, invadindo
1456áreas urbanas. Então, esse é o meu posicionamento como técnica. muito
1457obrigada pela...

1458

1459

1460**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Obrigado, Ludmila.
1461Tem aqui, inscrito, Ricardo Bonfim, da BIOESTE e o João Carlos da CNA.
1462Ricardo, por favor.

1463

1464

1465**O SR. RICARDO BONFIM MACHADO (BIOESTE)** – Vou falar rapidamente.
1466Ricardo Bonfim, da BIOESTE. Só para corroborar alguns pontos que foram
1467corroborados aqui, eu acho que as resoluções no Conama elas têm que ser
1468coerentes e tratar da mesma forma o mesmo assunto. Então, nós íamos votar
1469aqui ou íamos discutir a Resolução dos peixes e lá, claramente fala, que as
1470específicas nativas tem que ser, podem ser manejadas, desde que o órgão
1471competente dê autorização. Então, nós estamos claramente falando de um
1472grupo que é composto por espécies selvagens e autóctones, no caso dos
1473morcegos, que, diga-se de passagem, o Brasil é o País que tem a maior
1474quantidade de espécie de morcegos do planeta. Bom, eu acho que uma grande
1475parte do problema das empresas que se dizem manejadoras ou
1476exterminadoras de pragas, eu acho que elas não têm a mínima competência
1477para lidar com esse tipo de problema, porque, primeiro que morcego não é
1478praga, como já foi dito e o objetivo das empresas é exatamente exterminar.
1479Então, por isso que na proposta da Resolução ou na Resolução que está
1480sendo discutida, há a necessidade de ser envolvido um químico nesse
1481processo, porque vão ser aplicados venenos para eliminar os morcegos. Mas
1482um dos amparos para que essas empresas atuem é exatamente a instrução
1483normativa 141 do Ibama, estou com ela aberta aqui, que no seu art. 4º fala que
1484os órgãos de saúde e os órgãos ambientais podem manejar morcegos sem
1485prévia autorização do Ibama porque eles foram colocados juntos com outros
1486organismos, por exemplo, invertebrados de interesse epidemiológico, o
1487mosquito da dengue entra nesse caso aqui, artrópodes nocivos, aí vem cupim,
1488vem ácaro, vem barata, piolho, pulga, animais domésticos ou de produção, aí
1489entra a pomba doméstica, o pardal, o cachorro, gato, ratazana entra nesse
1490grupo, espécies exóticas invasoras, nocivas à agricultura, pecuária, etc. Então,
1491bicudo, qualquer outra praga que afeta a agricultura e os morcegos que estão
1492aqui, na letra D, quirópteros em áreas urbanas, periurbanas e quirópteros,
1493hematófilos da espécie (...) etc., etc. Então, os morcegos foram, talvez

1494equivocadamente ou intencionalmente colocados junto com as outras pragas e
1495isso autoriza ou essas empresas usam esse artifício para poder fazer o
1496exterminio e claramente o que nós precisamos, sendo um grupo formado por
1497espécies selvagens da Fauna Brasileira, eles precisam de manejo. Então, o
1498órgão ambiental tem que autorizar o manejo que vai ser feito com esses
1499animais, claramente o que se quer é que as pessoas não tenham esse tipo
1500problema em casa. Então, vai a uma empresa especializada, que não seja
1501exterminadora, mas vai lá para fazer o manejo e translocação desses animais,
1502como o presidente já falou, tem que ser definida a destinação desses animais,
1503nós sabemos de casos nos Estados Unidos, que eles constroem abrigos para
1504fazer esse tipo de translocação de populações ou de grupos. Então, esse
1505mesmo tipo preocupação nós temos que ter aqui. Então, essa, a preocupação
1506de que é uma espécie nativa, está protegida pela lei e precisa de manejo como
1507outra qualquer ou nós manejamos onça ou nós manejamos os bichos mais
1508fofinhos da natureza, mas não maneja os morcegos. Então, essa preocupação
1509tem que ser feita e eu sugiro que, não posso sugerir, mas vou dar a ideia aqui,
1510de que essas empresas exterminadoras elas sejam declaradas que elas não
1511têm competência para fazer esse tipo de manejo, como não teriam para fazer
1512nenhum tipo de manejo de forma nativa, eles são dedicadas a exterminar rato,
1513barata, pugna e etc. então, elas não têm esse tipo de profissional capacitado e
1514nem os meios, porque os meios são destinados a, exatamente matar os
1515organismos. Então, essas empresas também não deveriam ser habilitadas a
1516fazer isso. Para isso eu acho que a instrução normativa, 141 do Ibama, deveria
1517ser modificada, o Conama poderia sugerir o que Ibama refizesse, retirando os
1518morcegos desse grupo de pragas.

1519

1520

1521**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – João Carlos.

1522

1523

1524**O SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João Carlos, CNA. Eu vou repetir
1525um pouco o que eu disse, nas últimas reuniões, onde esse documento aqui
1526estava na Ordem do Dia e na época eu tinha até apresentado, eu tinha falado
1527isso para a Doutora Angélica, que tem assiduamente participando de todas as
1528Câmaras Técnicas quando vai discutir os quirópteros, que eu acho, primeiro eu
1529vou dizer um pouco desse documento aqui, não sou contra, eu acho que têm
1530que haver mesmo o documento, tem que fazer essa regulamentação, só que, o
1531documentem si, ele precisa melhorar muito, não é pouco não, é muito. Eu
1532coloquei, eu listei algumas coisas na última reunião, por exemplo, o Ibama não
1533pode dar uma instrução normativa para outros órgãos, a instrução normativa é
1534dele, é para ele seguir. Então, ele não pode dizer que secretarias de agricultura
1535ou secretarias de saúde vão fazer. Nunca. Então, você já parte do erro e ainda
1536mais colocando isso aqui nesse considerando. O art. 1º coloca, regulamentar o
1537controle, a Resolução não está tratando disso, ela não está regulamentando o
1538controle, ela está dando, listando poucas coisas em relação ao problema, que é
1539o que o quiróptero está sentindo, não é nem o problema que ele é, mas o que
1540ele está tendo. Outros problemas, nós estamos fazendo reserva de mercado,
1541colocando só para biólogo, para químico, que, por exemplo, o agrônomo pode
1542também, se for um defensivo agrotóxico, agrônomo também pode dar a sua
1543contribuição, nós estamos passando competência para a Secretária da

1544Agricultura, Secretária de Saúde, dentre outras coisas, dentro desse
1545documento. Eu acho que o documentos não está maduro, eu vou dizer esse
1546termo aqui, termo agrônomo, não está maduro para essa discussão dentro
1547dessa Câmara Técnica, ainda mais depois que a professora da UnB, eu vou te
1548chamar de professora porque eu sou oriundo da UnB. Então, para não perder o
1549costume. A professora da UnB colocou aqui, bem claro, em relação a, se o
1550passarinho está em uma gaiola é maus-tratos, se você pega o morcego, mata o
1551bicho, não é maus-tratos e nós estamos tratando disso em uma Câmara
1552Técnica sobre os maus-tratos dos animais. Então, nós, isso ampliou a minha
1553visão em relação a esse documento de quirópteros. A minha sugestão, aí eu fiz
1554essa introdução aqui, meu considerando para dizer qual é a minha sugestão, é
1555da criação de uma GT, por esta câmara, para que discuta, esse documento,
1556agora, não com esses pareceres que foram apresentados aqui, porque,
1557desculpa, mas eu sou agrônomo, faço muito parecer, isso aqui não é um
1558parecer, isso aqui é uma apresentação do que ele achou, ele não colocou, por
1559exemplo, eu coloquei várias coisas aqui, de caneta, que eu não vi em nenhum
1560momento no parecer, risco a saúde, o que é risco à saúde? A pessoa que fez o
1561parecer não colocou o que é o risco à saúde. O que é uma retirada mecânica?
1562O que é uma... Transporte e soltura devem ser feito imediatamente. O que é
1563imediatamente? Imediatamente eu peguei aqui e já vou correndo ali e jogo? O
1564que é o imediatamente? Imediatamente não está colocado. Um dos pareceres
1565coloca quê tem que ser feito uma análise. Aí sim, esse pedaço eu digo, ele tem
1566que ser feito uma análise do problema, se ele está doente, se não está, uma
1567marcação, se é fazer um trabalho, foi a única coisa que eu vi no parecer aqui,
1568que eu achei interessante, mas está faltando muita coisa nessa Resolução.
1569Pelo modo como foi dito aqui, pela professora da UnB, isso aqui é uma
1570Resolução para ter uns 30 artigos, sim, se for colocar item por item o que
1571colocou aqui e não esses oito que se resumiriam a três ou quatro, se você
1572enxugar ele e fazer uma técnica Legislativa. Então, a minha sugestão é essa,
1573de criar um GT, não sei quem seria o coordenador, não sei quem seria o... Eu
1574acho o que coordenador tem que ser alguém da área aqui, que entenda ou
1575quem propôs o documento. (Risos!) Propôs o documento, lógico, que Doutora
1576Angélica, por estar assiduamente aqui, a professora, outras pessoas sejam
1577convidadas nominalmente por esse GT, para participarem desse documento e
1578que já comecem com o documento um pouco mais elaborado, assim, no dia da
1579primeira reunião todo mundo já chegar com sugestão de alteração disso aqui,
1580já com novos artigos, onde deve colocar, o que deve ser tirado, para não
1581chegar na primeira reunião, todo mundo se apresentar e não saber de onde
1582começar, quando você começa já com algum documento na mão fica mais fácil
1583de você dar um... Porque agora o GT tem um prazo mais exíguo para tentar
1584fazer o documento. Então, a minha proposta é essa, a criação do GT, para que
1585esse documento seja analisado e seja observadas as melhorias que podem ter
1586no documento, que aí sim, essa Câmara Técnica possa fazer uma melhor
1587avaliação. Obrigado.

1588

1589

1590**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom, a Doutora
1591Angélica pediu a palavra e se você permite, Angélica. Tem que ser no
1592microfone.

1593

63

32

64

1594

1595A **SR^a. ANGÉLICA BRET** – Angélica Bret, eu trabalhei mais... Fui da
1596Secretaria de Saúde aqui, do Distrito Federal e não sei se vocês sabem, mas
1597Brasília foi uma das cidades que foi precursora em estudar morcegos em área
1598urbanos, é um trabalho que eu montei, em termos de sistematizar, porque até,
1599então, nem se sabia quais espécies ocorriam em áreas urbanas. Aí fizemos
1600vários trabalhos. Agora, essa questão da IN, é porque eu acompanhei essas
1601INs desde 2002, Antes coletar, capturar morcego, ela entrava naquele rol todo,
1602de licença do Ibama, para qualquer animal silvestre e aí, lá para 2005... é 2005,
1603não é? Essa última IN, 146, eu até estava acompanhando e, de repente, um
1604belo dia ela saiu publicada. Sabe, você não sabe como, eu acho que até contei
1605isso. Então, houve, na época, uma grande pressão do Ministério da Agricultura,
1606que não admitia que cada veterinário, no Brasil inteiro, tivesse uma licença.
1607Então, enquanto você tinha uma licença individual, o trabalho era, talvez
1608“controlado pelo Ibama” porque aí você tinha de emitir relatório, prestar contas
1609e aí abriu-se as pernas. Não, não precisa mais de licença. Eu acho que isso
1610abriu demais para mim, porque na época nós fazíamos a captura, às vezes,
1611alguns morcegos a mais e ia para o Ibama pedir em licença. E essa questão de
1612morcego, que a Ludmila fala, é um problema seriíssimo, que ninguém gosta de
1613morcego, eu sempre falo, morcego não nasceu com a cara bonitinha igual a do
1614panda, se fosse todo mundo achava lindo. Agora é um problema cultural, eu
1615também não sei como é que você muda isso, você tem, às vezes, nós
1616recebíamos muitas escolas, feira de ciências, nós fazíamos tudo para ajudar a
1617turma, agora é um problema sério. E a questão da raiva, eu acho que é um
1618outro problema sério, porque os morcegos não hematófagos, por exemplo, que
1619ocorre em ambiente urbano, são mais de 30 espécies e a prevalência de raiva
1620nessas espécies, é menos do que 1% e, normalmente os contatos das pessoas
1621com esses morcegos, não hematófagos, são contados acidentais, é o morcego
1622que caiu no chão doente, a pessoa vai lá ou pisa ou toca ou por curiosidade
1623meche no morcego. E na área da agricultura, eu acho que falta é um... Eu acho
1624que uma consciência do Ministério da Agricultura, dos profissionais, essa é
1625uma crítica pessoal, porque quando tem um surto de raiva, qualquer bovino,
1626equino que morre na área, eles jogam no mesmo saco. E eu até trouxe um
1627trabalho que foi feito por uma aluna da UnB, nós tivemos um surto de raiva
1628aqui, em 2003. Então, eles viram todos bovinos e equinos que tinham problema
1629do sistema nervoso central e a raiva entrou só com 10%. Então, eu acho que
1630tem que se pesquisar mais, dentro da área da pecuária e, realmente, ver se
1631todos os animais que morrem, realmente são raiva. E a questão da raiva
1632também, que é quanto ao desalojamento de espécies, eu até estava contando
1633para o pessoal, não sei se vocês se lembram do incêndio do prédio o INSS, em
16342006... Cinco. Vocês lembram? O prédio da previdência pegou fogo. Bem,
1635tinha colônia gigante que morava lá e eles aguentaram o fogo até a última hora
1636e aí voaram no prédio vizinho. Eles voam sempre próximo. Aí nós fomos
1637acionados, aí já tinha um monte de morcegos no asfalto, queimado, morto, aí
1638fizemos diagnóstico de raiva, não deu nenhum positivo, mas um mês depois
1639nós tivemos um caso de raiva no prédio PGR, aquele dos parafusos. PGR, não
1640é? Perto da ponte nova. O espelhado. Então, chegou o morcego. E eu coloco
1641muito isso, você tem colônias pequenas de morcegos e você tem colônias com
1642milhares de morcegos, que são situações diferentes. Esses do prédio do INSS
1643eram milhares de morcegos. Então, no fundo, não se sabe o que acontece.

65

33

66

1644Então, quando você desaloja, você desestrutura a colônia e você não sabe o
1645que acontece. Então, nesse momento você pode estar dispersando o vírus
1646errado. Não é?

1647

1648

1649**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Obrigado.
1650Antes de passar a palavra, eu só queria situar a discussão, porque o
1651sentimento que está aqui na mesa, é que não se discute o mérito da proposta,
1652que o mérito, eu acho que todo mundo entende, que ele é... Nós temos que
1653atacar esse problema, temos que encontrar uma saída para eles. Então, isso
1654aqui é o que... Não é a discussão com relação a isso. Concordo plenamente
1655com as argumentações de João, porque o documento ele precisa se melhorar,
1656ele foi uma ótima provocação para a coisa, mas ele tem várias melhorias a
1657serem feitas e eu acho que, o que nós estamos caminhando, no sentido de
1658avançar na melhoria do documento. Então, eu só queria colocar para os
1659presentes, que nós tentarmos conduzir a discussão nesse sentido, nós não
1660estamos discutindo mais do mérito, a não ser que haja alguma discordância,
1661mas que, na verdade, vamos buscar agora, nas falas, convergir para ver qual o
1662melhor encaminhamento para que nós possamos melhorar essa proposta. Tem
1663aqui inscrito... Tem a professora Ludmila e a Lisiane, eu não sei a ordem, eu
1664acho que é a Lisiane primeiro, Ludmila em seguida e o doutro David Oren,
1665aqui, pela inscrição.

1666

1667

1668**A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER)** – Eu já vou partir para uma proposta de
1669encaminhamento. Eu sou muito simpática à sugestão de fazer um Grupo de
1670Trabalho, inclusive que vai poder participar Susi Missel Pacheco, que é
1671mencionado no parecer, mas as outras autoridades aqui presentes. Então, eu
1672sou bastante simpática a esse GT, vamos poder agregar esses trabalhos que
1673não estão dentro, que podem agregar muito na proposta e vão poder participar
1674também representantes dos outros Ministérios, que estão afetos ao tema.
1675Então, minha proposta de encaminhamento, para não alongar a situação e nós
1676chegarmos, realmente a um bom final dessa discussão, seria criar um Grupo
1677de Trabalho, com tempo previsto e tudo mais e convidar as autoridades e os
1678Ministérios afetos.

1679

1680

1681**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Só
1682complementando a proposta, no sentido que ela pode, inclusive trazer uma
1683nova proposta, não, necessariamente, apenas tirar ou incluir, algo realmente
1684mais robusto, porque eu concordo que tem que ter robustez maior. Ok. A
1685doutora Ludmila.

1686

1687

1688**A SR^a. LUDMILA AGUIAR (UnB)** – Como eu deixei claro, minha maior
1689preocupação, ela acabou de dar evidência, você tem encontros esporádicos,
1690nós vamos provocar encontros. Então, assim, eu acho que nós temos que
1691amadurecer esse tema, para ver se realmente cabe se terceirizar esse serviço,
1692porque uma coisa que antes você tinha problemas esporádicos, você vai liberar
1693o contato muito mais intensivamente, nós não sabemos o que pode vir disso. E

1694a outra questão é a questão de animais silvestre, eu continuo pedindo licença,
1695que era uma curiosidade, eu acho que existe o procedimento de pedir licença
1696para trabalhar com animal silvestre, que tem que ser discutido também, você
1697não pode liberar para algumas categorias e não liberar para outras. Que eu
1698saiba, todo trabalho que você faz com animal silvestre você tem que pedir
1699licença, independente de onde você estiver. Ok...? Então, isso eu acho
1700também, que tem que ser tratado porque, por que um pesquisador pode, tem
1701que tirar licença e um cara que trabalha com remoção não tem? Então, eu acho
1702que é muito mais complexo você trabalhar com animal silvestre e você enfiar
1703animal silvestre em uma Instrução Normativa, você trabalhar com uma barata
1704ou um rato (...), o que não é o caso. Ok...?

1705

1706

1707**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Só lembrando,
1708que autorização, não licença, que são instrumentos diferentes. (*Risos!*) David.

1709

1710

1711**O SR. DAVID CONWAY OREN (MCTI)** – David Oren do MCTI. Eu gosto muito
1712dos morcegos e, inclusive não acho morcego fio, eu acho que são bonitinhos e,
1713inclusive, interessante ver os rostos diferentes e etc. Para mim eles não são
1714feios. Mas eu queria, não sei quantas pessoas aqui já sofreram com invasão de
1715sua casa por animais silvestres, porque eu já, quatro espécies de morcegos,
1716centenas de morcegos em Belém, que formaram uma colônia lá, que
1717conseguiram, com as tentativas de uma empresa terceirizada, indicado pela
1718zoonose, nós telefonamos para a zoonose, temos um problema em casa, tem
1719dúzias e dúzias que viraram centenas de morcegos. Vocês podem ajudar?
1720Não. Nós não entramos nisso. Zoonoses, do Governo. Mas, indicaram uma
1721firma especializada, que foi lá em casa quatro vezes e finalmente conseguiu,
1722através de, colocando essa substância que é grudenta e tal, nos poleiros deles
1723e fechando todas as entradas. A quarta vez conseguiu. Tiraram cinco sacos de
1724fezes, que já eram ecossistema, com larva de besouros, com larva de moscas
1725e demais, vivendo no forro da casa, não é só raiva, você tem um animal
1726silvestre defecando e urinando em um ambiente doméstico, esse é um perigo à
1727saúde, de fungos e tudo mais. Então, esse Grupo de Trabalho, apelo, que
1728alguém que considera isso e funciona muito bem em Belém. Outro problema,
1729que eu moro aqui, em uma chácara, uma fêmea do gambá de delfins resolveu
1730que o forro da minha casa atual também era muito aconchegante, lugar ótimo
1731para reproduzir, para dar a luz. Então, tinha sete, a mãe e seis filhotes. De
1732novo arrumei uma empresa especializada, que sabia muito bem que era
1733proibido, para expulsar. Então, o pessoal chega também, levou três vezes para
1734fazer e onde que eles estavam entrando e usando a arborização ao redor da
1735casa, para chegar lá, conseguimos, com a terceira tentativa, expulsar a gambá
1736e os filhotes dela. Eles sabem disso. Só o Governo pode construir estrada? Eu
1737não entendo, Ludmila, com todo respeito, que o problema de terceirizados é
1738regulamentado, é controlado, o Governo não vai fazer isso, zoonoses não quer
1739saber, eu fiquei chocada quando eu telefonei para a zoonoses, disse, não, nós
1740não nos envolvemos nisso, mas tem as empresas especializadas, mas lembra
1741que não pode manter, eles têm 18 doenças diferentes que podem
1742espalhar para o ser humano. Então, muito cuidado. Obrigado. (*Risos!*)
1743Obrigado. E o pessoal, realmente, tinha vacinação contra a raiva e tal. Então,

1744eu queria que... Eles são especiais, quirópteros, sem dúvida, mas parte do que
1745especial, eles e gambás e que são um problema, você não pode ter, mesmo
1746que você tenha um periquito australiano, dentro de sua casa, tudo legalizado,
1747por ser uma espécie exótica, você troca o fundo da gaiola, porque está
1748acumulando fezes, que você não pode ter fezes dentro de sua casa, você
1749acaba com os gatos, cachorros e tudo mais. Nós temos que nos cuidar com
1750isso e você tem bicho solto, fora de seu controle, imagina em um quarto com
1751neném. Tem isso, é especial, é uma situação especial, talvez seja tratado
1752inapropriadamente na instrução normativa 141, mas vamos não esquecer que
1753é um problema de saúde ter um animal silvestre vivendo no seu forro e tem que
1754ter um tratamento especial.

1755

1756

1757**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom, a fala do
1758Doutor David, ela trouxe algumas agonias, mas assim, eu acho que nós
1759estamos caminhando para um GT e eu não queria antecipar para cá, para esse
1760fórum, essa discussão, que é uma discussão que pode ser feita de forma muito
1761mais própria dentro do GT e com muito mais tempo e com muito mais
1762qualificação. Então, eu queria aproveitar a proposta que a Lisiane já colocou
1763aqui, claramente, na mesa, nós avançarmos nesse sentido, eu não queria
1764agora, aqui, discutir as questões do mérito, mas nós tentamos já, se todo
1765mundo concordar, começar compor esse GT que nós temos que compor já,
1766aqui.

1767

1768

1769**O SR. RICARDO BONFIM MACHADO (BIOESTE)** – Só uma informação.
1770Ricardo Machado, BIOESTE. Uma informação para o David. Guano de
1771morcego é um excelente fertilizante, você poderia coletar e botar no seu jardim.

1772

1773

1774*(Risos!) (Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

1775

1776

1777**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Bom, a sugestão
1778aqui... Dênis.

1779

1780

1781**O SR. DENNIS NAGOROLLI MARQUES PATROCÍNIO (Governo do Estado**
1782**do Rio Grande do Sul)** – Bom, se me permitem, eu vou dar uma sugestão aos
1783Conselheiros. Eu acho que nós estamos discutindo duas questões, uma delas
1784é normatizar o manejo dessas espécies e outra para quem maneja. Eu acho
1785que isso vai ser bastante discutido no Grupo de Trabalho. Mas uma questão
1786interessante, que já que vai... Caso venha se criar esse Grupo de Trabalho, é
1787que o Grupo de Trabalho ele poderia ter a demanda de não apenas discutir as
1788questões de morcego, iniciando por morcegos, mas discutir também o manejo
1789de... Possibilidades de manejo de outras espécies que nós temos problema,
1790como (...), pequenos primatas, que é um grande problema. Então, nós
1791iniciamos por morcegos, que nós discutimos, inclusive, ali fora, antes da
1792reunião, nós iniciamos por morcegos, que é a questão, que é a proposta, mas

1793na sequência já tem um Grupo de Trabalho oficializado para discutir outras
1794espécies de animais silvestres. Sugestão.

1795

1796

1797**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – É, essa é outra
1798proposta do Conama. O GT ele necessariamente. Corrijam-me, ele vai ter que
1799se debruçar com relação aos quirópteros, até porque, é complicado avançar
1800em outras espécies aqui, primatas, por exemplo, que foi a minha área de
1801atuação até três anos atrás, é uma outra questão, bem mais complicada e bem
1802menos complicada do que a do morcego hoje. A questão de primatas é em
1803zona urbana, a citar sagui do Nordeste que está no Rio de Janeiro desde 1920
1804e quem é que vai dizer que aquilo não é mais do Rio de Janeiro, é carioca já.
1805Então, são outras questões que nós, não detalhei aqui, vamos nos manter
1806nesse momento aqui, agora, no GT de quirópteros, se houve necessidade de
1807uma proposta ou interesse de fazer uma proposta mais ampla, nós podemos
1808discutir aqui, mas nós temos que nos ater agora a proposta de quirópteros.
1809Então, eu gostaria, se vocês me permitirem, nós, já que é meio dia, já passou
1810do meio dia, nós pudéssemos já pensar na composição do GT, lembrando que
1811o GT precisa ser coordenado por um conselheiro...

1812

1813

1814(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1815

1816

1817**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Só o Robis está
1818lembrando, é entendimento de todos que precisamos criar o GT? Então, para
1819registro. É deliberado pela Câmara Técnica do Conama, de biodiversidade, a
1820questão do GT, para tratar do assunto, de argumentação de manejo
1821quirópteros e aí passamos, então, a composição do GT. Voltando a lembrar
1822que, para comandar, para coordenar do GT precisamos ter um Conselheiro do
1823Conama que coordena o trabalho.

1824

1825

1826**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Robson
1827José Calixto, DConama. Só lembrando alguns detalhes do GT, alguns detalhes
1828do GT que a composição mínima dele é de 10 membros, sendo garantidos dois
1829membros por seguimento, no mínimo dez membros, sendo dois por
1830seguimentos, é necessário, nessa reunião, então, definir quem vai ser o
1831coordenador, o vice-coordenador e o relator do GT, lembrando também que
1832tem o GT três meses para se instalar, um ano para realizar o seu trabalho,
1833sendo esse um ano prorrogável por mais um período, está ok? E sendo, só
1834enfatizando o que, tanto o João quanto o presidente colocou, que o
1835coordenador do Grupo de Trabalho tem que ser...

1836

1837

1838**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – É prática da casa,
1839quando se forma um grupo, tendo o coordenador de dar um tempo hábil para
1840que todos nós podemos, cada setor possa indicar quem vai participar. Eu não
1841tenho conhecimento de quirópteros, vou ter que ver se alguém do setor tem
1842interesse para isso, para poder indicar. Eu acho que todos aqui vão ter que

1843fazer isso. Fazer a indicação e se escolhe os demais membros que vão
1844compôr, o relator e vice-coordenador, na primeira reunião que for estabelecida.

1845

1846

1847**O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João, DConama.
1848Só para ajudar, Marcílio. A reunião... (...). Coordenador, vice, relator. Agora, a
1849partir do momento que nós criarmos o GT, que já está criado, o DConama ele,
1850como antes era, nós encaminhamos todos os conselheiros do Conama, a
1851notícia de que foi criado, para que tenha a oportunidade de fazer a indicação
1852de membros. Então, isso não sai prejudicado de maneira alguma.

1853

1854

1855**O SR. MARCÍLIO CARON NETO (Setor Florestal)** – Já está lançada...

1856

1857

1858**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Lisiane, aceita ser
1859a coordenadora do GT? O vice-coordenador? Quem poderia ser o vice-
1860coordenador? Mas ele tem que ser membro da Câmara Técnica? Não.

1861

1862

1863(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1864

1865

1866**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Atender a minha sugestão por causa do custo,
1867mas eu acho que seria muito interessante trazer pessoas das diversas regiões
1868do País, porque você tem, morcegos é o segundo agrupo em número de
1869espécies, tem problemas variados relaciono. Então, já que nós temos que
1870discutir amplamente como que isso vai ser feito e para não atender só a região
1871sul e sudeste, se nós poderíamos trazer pessoas das outras regiões para ver
1872que outros tipos de problemas nós temos, como que isso pode ser, entrar na
1873discussão.

1874

1875

1876**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – A Coordenadora do
1877GT tem... Comentar alguma coisa?

1878

1879

1880**A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER)** – Queria fazer um comentário em cima do
1881que ela falou, isso eu já deixei bem claro na exposição minha, do GT. O próprio
1882GT vai colocar... vai ser aberta uma listagem de pessoas serão convidadas,
1883assim como também os trabalhos que foram publicados nesse sentido, para ter
1884início, não vai simplesmente, nós vamos deliberar na primeira reunião, eu acho
1885que a primeira reunião vai ser exatamente para saber quem são as pessoas
1886que devem ser convidadas e que tem disponibilidade de vir, que a outro
1887departamento também

1888

1889

1890**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Eu só queria
1891chamar a atenção da necessidade de nós escolhermos bem o relator, até para
1892facilitar depois os trabalhos da comissão de assuntos jurídicos, porque eu sei

1893que quando você põe um monte de biólogos para fazer um instrumento desses,
1894sai um monte de coisas esquisitas. Então, era bom ter alguém que tivesse uma
1895noção clara de estrutura de documento, com relação à Conama, para poder
1896estar ponderando e ajudando já, adiantando o trabalho.

1897

1898

1899(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1900

1901

1902**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – João de Carli. CNA. A minha
1903sugestão é alguém do Ibama, o Ibama já tem uma instrução normativa, que é
1904essa 141, que por mais que eu diga que tem, pelo que eu vi aqui, dito aqui, tem
1905muita coisa que não poderia estar dentro da instrução normativa, mas... Não.
1906Só o coordenador. Não. Negativo.

1907

1908

1909(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1910

1911

1912**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Porque no último GT que nós
1913escolhemos, nós só escolhemos o coordenador. Tem alguém do Ibama aqui?

1914

1915

1916(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1917

1918

1919**SR. JOÃO CARLOS DE CARLI (CNA)** – Seria uma pessoa... Ivan.

1920

1921

1922**SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Mas, o que eu
1923estou chamando a atenção, é a necessidade de ter uma pessoa que conheça a
1924estrutura do documento, não apenas, que vão... Eu sei que é um biólogo que
1925vai dizer quem fez a... Eu acho que o analista ambiental é que fez o parecer,
1926mas nós precisávamos ter alguém com a noção boa de estrutura, documento
1927que pudesse ajudar nisso aí.

1928

1929

1930(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1931

1932

1933**SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Não, isso é uma
1934sugestão, só para ajudar, como eu falo, a situação dos jurídicos, vê se ocupa
1935ao menos um biólogo, mas com experiência. Bom, vamos pular o relator, quem
1936seria o vice-coordenador do grupo, então? Quem se candidata? Pode ser vice?
1937Então, doutora Ludmila vai ser a vice-coordenadora do grupo, só precisamos
1938chegar no relator.

1939

1940

1941(*Intervenção fora do microfone. Inaudível*)

1942

1943

1944 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Homem? (*Risos!*)

1945

1946

1947 (*Intervenção fora do microfone. Inaudível!*)

1948

1949

1950 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Alguém da DCBio?

1951 Alguém da DCBio aqui presente? Com... Não, eu coloquei um cri... Não é nem

1952 critério, um parâmetro assim, só para nós podermos ter uma referência, mas

1953 não é...

1954

1955

1956 **O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Só lembrando que o relator, ele não faz o

1957 trabalho sozinho, ele conta também com o apoio da estrutura do DConama,

1958 dos técnicos do DConama. Então, ele não vai fazer sozinho, ele vai ser

1959 ajudado por nós, aqui do DConama, o departamento de apoio. Então, vai

1960 trabalhar.

1961

1962

1963 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ivan, você quer se

1964 pronunciar?

1965

1966

1967 **O SR. IVAN TEIXEIRA (Ibama)** – A princípio... Bom, eu sou do Ibama, mas a

1968 princípio eu acho que seria interessante cortar até a instituição, ver porque eu

1969 acredito que tenha gente até que tem interesse, tem, mas assim, essa

1970 experiência com estrutura de documento e tal, eu ainda estou começando

1971 assim, mas... Eu acho que para uma instrução, para qualquer documento você

1972 tem que pesar muito bem pela estrutura, clareza, para não ficar aquelas coisas

1973 ambíguas que você olha assim, mas espera aí, mas isso daqui é fulano de tal

1974 que faz? E daí embola tudo, volta para a estaca zero. Mas aí, eu acho que a

1975 princípio poderia dar uma consultada ou, então, uma resposta, sei lá. Isso daí

1976 quando?

1977

1978

1979 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Hoje?

1980

1981

1982 **O SR. IVAN TEIXEIRA (Ibama)** – Hoje?

1983

1984

1985 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Agora.

1986

1987

1988 **O SR. IVAN TEIXEIRA (Ibama)** – Bom, a princípio poderia ser eu, mas eu

1989 posso indicar outras pessoas também.

1990

1991

1992 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Não, mas aí vamos
1993 ter que decidir aqui, agora. Ricardo. Topa? Ricardo Bonfim. Ricardo Bonfim. Ok
1994 então, ok... Então, está fechado o grupo. Agora eu não sei como é que vai ficar
1995 a questão de marido e mulher aí, que o Ricardo e Ludmila são marido e
1996 mulher. Então, pode levar trabalho para casa. (*Risos!*)

1997

1998

1999 (*Risos!*)

2000

2001

2002 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Pois é, tem esse
2003 problema. (*Risos!*) Então, está fechado grupo. Só repetindo com... ok...
2004 Desculpa. Está fechado o encaminhamento com a abertura do GT, mas aqui
2005 vai trabalhar com a regulamentação do manejo de quirópteros, doutora Lisiane
2006 como coordenadora, doutora Ludmila como vice-coordenadora e doutor
2007 Ricardo Bonfim como relator. Aí, qual o prazo que os órgãos têm para
2008 apresentar os membros?

2009

2010

2011 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João DConama.
2012 Prazos para indicação não tem em regimento, mas nós temos ainda 90 dias
2013 para a instituição do GT, para começar os trabalhos. Então, entre hoje e
2014 amanhã nós vamos lançar o e-mail na mala-direta, informando a todos os
2015 Conselheiros para começar a indicação. Provavelmente, nos próximos dias, se
2016 não começar a receber, nós fazemos a cobrança novamente e vamos tentar
2017 agilizar o máximo possível, mas não há um limite para começar a indicação ou
2018 terminá-la.

2019

2020

2021 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok. Mais algum
2022 comentário sobre a matéria? Nós podemos dar...

2023

2024

2025 **A SR^a. MARIA DE NAZARÉ BENTES DE LIMA (Governo do Estado do**
2026 **Pará)** – Eu tenho uma pergunta. Maria Bentes, da SEMA do Pará. Serão
2027 enviados e-mails para os Conselheiros, para que sejam indicados
2028 representantes de... Representantes para formar o Grupo de Trabalho, mas
2029 enquanto a sugestão da... Eu acho que foi da Doutora Ludmila, sobre ter
2030 representantes da cada uma das regiões. Sendo a manifestação dos
2031 Conselheiros, será que já abarca todas as regiões ou a Câmara também pode
2032 se manifestar indicando... (Fala sobreposta)

2033

2034

2035 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – A Lisiane até ela já
2036 tem esse esclarecimento, que você, se não tiver, o grupo pode, tem a
2037 prerrogativa de convidar especialistas, inclusive, de cada... Especialista ou
2038 pessoas, representantes das regiões, do país, para poder comparecer e
2039 trabalhar no grupo.

2040

2041

2042A SR^a. **MARIA DE NAZARÉ BENTES DE LIMA (Governo do Estado do**
2043**Pará)** – Certo. Então, um representante da Câmara poderá também, estar
2044sugerindo o nome do algum...

2045

2046

2047**O SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Robson
2048José Calixto. Também os Conselheiros, os membro da Câmara também,
2049podirão passar nomes aqui, para o DConama, para colocar em uma futura
2050mala-direta desse GT, para convidados também, ok? Essa abertura é só
2051passar o nome, o e-mail.

2052

2053

2054**A SR^a. NÃO IDENTIFICADA** – Posso pedir um esclarecimento? Isso implica
2055em vindas a Brasília, se tem um custo, não é? Então, o convidado precisa
2056saber, ter um orçamento mínimo para vir, não sei quantas vezes, porque, por
2057exemplo, tem como indicar, no Rio de Janeiro, uma pessoa especialista nisso,
2058na Secretaria de Saúde, eu tenho que dizer para essa pessoa que ela tem que
2059arcar, não é isso ? Quantas vezes forem necessárias. Então, isso fica bem
2060claro, tem que ficar bem claro. Não é isso?

2061

2062

2063**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Quais são as
2064limitações que nós temos nesse sentido?

2065

2066

2067**O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João, DConama.
2068Só lembrando, que as reuniões são públicas, ou seja, qualquer pessoa pode
2069entrar na reunião e assistir. A questão assim, de trazer pessoas para as
2070reuniões de fora do Brasília, está limitado, nós temos algumas limitações em
2071termos de regimento, que nós passamos algumas ONGs estão todas
2072discriminadas no nosso Regimento, as qualidades que podem ser, fora isso, as
2073pessoas têm que arcar com as despesas para vir. E quanto ao número de
2074vezes, por exemplo, na primeira reunião do GT é determinado todo o
2075cronograma de trabalho, essa hora que nos vamos saber quantas reuniões vão
2076ser previstas para esse GT específico. Agora, realmente, nós só não podemos
2077arcar com despesas, o pessoal de fora, fora as ONGs que nós já arcamos com
2078as despesas, as outras têm que arcar com todos os custos de viagem.

2079

2080

2081**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Ok? Então,
2082podemos dar por encerrado esse assunto e nós vamos, então, para os
2083informes? Então, só lembrando que, informe é informe, não é? Sempre tem
2084essa questão, quando vem informe, vem discussão em cima, mas pode ter
2085comentários.

2086

2087

2088**O SR. NÃO IDENTIFICADO** – Presidente, tinha que estabelecer um tempo.

2089

2090

2091 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Um tempo. Ok...
2092 Nós temos aqui, já... Só... Tem informe aqui, que já está previsto na pauta.
2093 Tem mais algum informe, além desse que já está previsto na pauta? Tem
2094 informe, Lisiane, Robis? Então, temos três informes, então. Três informes e
2095 João quer fazer uma parte antes.

2096

2097

2098 **O SR. JOÃO BATISTA CAMPOS (Governo do Estado do Paraná)** – João
2099 Batista, da Abema. ficou uma questão pendente, que foi levantada pela
2100 professora Ludmila, a questão da autorização que consta naquela portaria, que
2101 isentando de autorização, aquela instrução normativa do Ibama, isentando de
2102 autorização e que deveria ser encaminhado. Então, existe essa pendência e a
2103 sugestão que eu coloco aí ou para pensar, pelo menos, ou que isso fosse
2104 encaminhado uma recomendação da Câmara Técnica para o Ibama, que
2105 reveja essa questão, da necessidade de autorização ou que fosse um ponto
2106 abordado na discussão da futura proposição do Grupo de Trabalho, que essa
2107 questão fosse abordada com profundidade. Mas, realmente, é uma ilegalidade,
2108 que está sendo cometida pelo Ibama, isentando de autorizações, manejo de
2109 animais silvestres.

2110

2111

2112 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – A minha sugestão
2113 seria que esse assunto pudesse ser discutido no GT, o assunto é com relação
2114 à IN do Ibama. IN ou portaria? A IN 141, do Ibama. Avaliar essa IN, fazer algum
2115 tipo de encaminhamento para sugestão, o Ibama, não sei, pode caçar alguma
2116 coisa nesse sentido. Eu não queria tratar essa como matéria porque nós não
2117 temos profundidade agora para tratar disso, mas isso podia ser objeto da
2118 discussão do GT, uma das primeiras coisas que nós poderíamos estar fazendo.
2119 De acordo?

2120

2121

2122 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2123

2124

2125 **O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Então, ok. Então,
2126 podemos passar para os informes? Esse informe aqui, quem é que vai dar?
2127 Então, ok... Eu vou começar pelo João aqui, que já está... É um informe que já
2128 estava na pauta, em seguida a Lisiane e o *(Intervenção fora do microfone.*
2129 *Inaudível)*

2130

2131

2132 **O SR. JOÃO LUÍS FERNANDINO FERREIRA (DConama)** – João Luiz,
2133 DConama, de novo. O informe é muito rápido, é só porque, como tem
2134 Conselheiros novos chegando a Câmara, é importante nós só termos uma
2135 noção de como está em termos de processos aqui dentro, fora esses dois que
2136 nós temos, que foram discutidos hoje, ainda há um processo que ficou
2137 suspenso em reuniões anteriores, que é referente aquele número, quanto às
2138 restingas vinculadas a Mata Atlântica, que alei da Mata Atlântica deu ao
2139 Conama a competência para fazer a regulamentação. Algumas já foram
2140 aprovadas, a de São Paulo foi separada do processo e como eles não tinham

2141ainda, estavam em um período de discussão interna, eles ficaram de
2142apresentar isso, não ficou marcado um tempo. Então, esse processo está em
2143aberto, suspenso e fora ele, nós não temos mais nenhum processo na Câmara
2144Técnica, fora esses que nós vimos aqui agora e esses que eu estou falando, os
2145outros dois que já faziam parte da Câmara Técnica já estão em instancias
2146anteriores, um eu acho que o Robson vai falar, que é sobre tutor de animais
2147silvestres e o outro que está na plenária já, agra na 105, que vai ser em março,
2148que é, inclusive, também referente à restinga, mas o Estado do Rio de Janeiro,
2149que é o único que ainda não apresentou a lista de espécies, mas que vai
2150apresentar em plenária, ou seja, uma vez visto esses processos, estamos
2151esvaziados de temas para discussão.

2152

2153

2154**A SR^a. LISIANE BECKER (MOVER)** – Bom, são duas coisas, uma eu tentei
2155pautar e aí a Adriana ficou de me dar uma resposta, que é sobre
2156empreendimentos de grande impacto ambiental, cujas audiências públicas
2157estão regulamentadas para fazer somente nos municípios onde esse impacto
2158seria comprovado. No entanto, está surgindo uma celeuma bastante pertinente
2159no Rio Grande do Sul, quanto ao impedimento da Usina Hidrelétrica de
2160Paiquerê, que foi alvo, inclusive de uma moção Conama aprovada, para que se
2161fosse criado um corredor, se cumprisse o TAC e etc. e a audiência pública é
2162prevista somente no município do Rio Grande do Sul e dois em Santa Catarina,
2163para onde vai a energia elétrica, que vai atender 8,5% da demanda de Santa
2164Catarina, a compensação também, de Santa Catarina, o prejuízo ficou em Rio
2165Grande do Sul, que é uma área de extremamente alta importância, dentro da
2166Portaria 07/2009, A área núcleo da reserva da biosfera. Então, a questão que
2167eu queria ter colocado aqui, de uma outra maneira, vai ficar em informes, é que
2168nós estamos tentando pleitear alguma maneira de que, qualquer
2169empreendimento de grande impacto ambiental, como zona núcleo da reserva
2170da biosfera, área de extremamente alta importância para a proteção da
2171biodiversidade, tem uma audiência pública na capital daquele Estado, porque é
2172extremamente insano afirmar que Bom Jesus, que é uma cidadezinha
2173pequenininha, vai poder ter, arcar com toda a responsabilidade de corroborar,
2174em uma audiência pública a favor, porque eles vão ser a favor, nós já fizemos
2175várias empreitadas no município e a favor da usina hidrelétrica, porque eles
2176vão ganhar dinheiro com isso, enquanto destruindo um patrimônio estadual e
2177nacional. Então, ele não pode ser considerado uma audiência pública em nível
2178local, teria que ser também uma audiência pública na capital, para poder
2179agregar a academia e outros setores de interesse. Aí o que acontece? Nós
2180encaminhamos essa proposta para o DConama, para incluir na pauta de hoje,
2181foi nos informado que seria... Não seria nessa Câmara Técnica, seria na CT de
2182Qualidade Ambiental e já estaria a Resolução, as duas Resoluções que tratam
2183de licenciamento estariam sendo analisados, ela ficou de ver onde é que está
2184sendo analisado, para nós podermos entrar com alguma contribuição nesse
2185sentido. Então, esse seria um informe do que eu queria colocar aqui e ver se
2186alguma outra entidade é parceira nisso, para propor na instância competente,
2187essa, a inserção de um novo artigo, visando à ampliação da audiência pública
2188na capital, quando o empreendimento afetar a área de interesse do Estado ou
2189da União. A segunda coisa, um informe, também vem de encontro, até o que o
2190tutor de animais silvestres e depois o capital vai poder falar, são experiências

2191próprias que eu tive e muito desalentadoras, uma foi com um papagaio chorão,
2192entregue voluntariamente por um cidadão, eu enquanto prefeitura, bióloga do
2193órgão ambiental da Prefeitura, recebi o papagaio chorão e fui entregar no Seta
2194do Ibama, Porto Alegre, a Prefeitura não é de Porto Alegre, é da região
2195metropolitana, Guaíba. Entreguei esse animal, fui, levei a viatura, rapidamente,
2196porque é um animal agreste de tráfico, ele foi parar na casa do vizinho, um
2197animal jovem fugiu e foi parar no vizinho, o vizinho entregou. Bom quando eu
2198saí dessa casa eu já vi que tinha um olheiro, que nós sabemos que é para ver
2199a situação, de onde é que andava aquele papagaio fugido. Saí eu lá, com a
2200gaiola, entrei na viatura, me arranquei para Porto Alegre, cheguei no Ibama, no
2201Seta. Não, não podemos aceitar porque está sendo reformado a nossa sala.
2202sem previsão. Aí peguei por escrito isso, hoje eu deixo o papagaio, não posso
2203voltar para Porto Alegre porque... Para Guaíba porque lá estava o olheiro, se
2204eu entrego, volto na casa do cara vai ser assaltado, sabe-se lá o que vai
2205acontecer. Onde eu entrego, até arranjar um local? Ah, deixa em uma clínica
2206tal, que tem convênio com a secretária de Porto Alegre. Deixei lá para poder
2207levar para o zoológico no dia seguinte. No dia seguinte o zoológico não aceitou
2208porque a responsável não estava, liguei para clínica, olha, o papagaio, mantém
2209aí que no outro dia eu estou levando para o zoológico que é responsável aqui,
2210não está. No outro dia a responsável disse, não, o zoológico está... O zoológico
2211estadual. O zoológico não está aceitando, nós somos proibidos de aceitar
2212animais. Eu disse, olha, mas foi o próprio Ibama que pediu. Olha, é gerência do
2213Ibama em cima de um órgão, não é de uma entidade Estadual. Ah, ok... Então,
2214você podem trazer. Aí eu liguei para a clínica, disse, olha, eu estou indo
2215buscar o papagaio para entregar no zoológico. Não, não está mais aqui, o
2216Ibama passou e pegou. Eu disse, como assim? Ah, foi o fulano que eu
2217conheço, inclusive pesquisador, meio famoso, é o fulano, todo mundo conhece.
2218Não, conheço-o, mas você tem alguma saída? Registro? Porque o papagaio
2219para mim, no meu processo continua, vocês... Liguei para o Ibama. Não, não,
2220não é conosco. Bom, esse é o primeiro caso, não sei onde anda o papagaio.
2221Encontrei com o pesquisador, inclusive, do Ibama, ele falou que não levou
2222papagaio nenhum. Bom, ou ele caducou, esqueceu, alguma coisa, não sei o
2223processo na prefeitura está aberto, não sei onde é que está, para mim ele está
2224na clínica ainda, onde o Ibama encaminhou e onde o Ibama teria tirado sem me
2225avisar. O segundo caso é pior ainda. Foi no início de janeiro nós fomos
2226acionados por uma moradora, que, inclusive é vizinha do Prefeito. Então, é um
2227caso político ainda. Um gambá, uma fêmea gambá entrou no pátio, sopé de um
2228morro urbano, com bastante vegetação, e foi pega pelos cães, sobraram dois
2229filhotes, aí fomos chamados, demos a orientação para a senhora, se
2230comprometeu a ficar, pelo menos estavam... Nem tinham aberto os olhos. Eu
2231disse, olha, chance de sobrevivência é mínima. Ela entrou em contato com uma
2232bióloga especialista em gambás, do Rio de Janeiro. Então, a prefeitura mais o
2233especialista, conseguimos salvar os filhotes, dois filhotes, até uma idade
2234razoável, só que não dá para soltar. Procurei o mesmo Ibama em Porto Alegre,
2235a chefe da fauna, ela disse, ah, vamos soltar, eu sou a favor da soltura, óbvio,
2236tem condições, se solta, só que são muito pequenos. Bom, enquanto isso nós
2237vamos criando assim, a senhora, essa viajou, claro, feriado, férias, viajou,
2238colocamos em uma sala anexa da nossa secretária de meio ambiente, em uma
2239gaiolinha, eles eram pequenos, ficamos tratando os animais durante esse
2240tempo, só que chegou o feriado de carnaval e eu atenta, disse, não tem

2241ninguém para poder cuidar desses animais, dar comida, trocar o jornal e não
2242tem idade, falta mais um mês, mais ou menos, para eles poderem ter
2243condições de serem soltos em algum lugar, de alguma maneira. Aí bom, eu vou
2244procurar o Ibama e ver o que eu posso fazer nesse final da semana, no
2245feriadão, com antecedência, uma semana quase, antes. Liguei para lá o
2246telefone está estragado no mínimo há três semanas. Então, eu peguei uma
2247condução de Guaíba até Porto Alegre, chego lá, passaram três técnicos por
2248mim, porque nenhum conseguiu me dar uma resposta, o chefe da fauna não
2249estava presente. Um disse que era competência do município, fazer isso. Disse
2250que não. O outro me perguntou por que eu não entrego para o município, que
2251era eu mesma que estava lá. E o terceiro disse que não poderia. Eu disse,
2252bom, eu só quero uma autorização para deixar na casa da alguém, com
2253supervisão de biólogo, de veterinário até eles terem uma idade, porque agora
2254vem feriado e não tem ninguém para cuidar deles e eu não posso soltá-los. A
2255senhora, essa não deveria ter pegado o animal da natureza. Bem assim, essa
2256foi a resposta. Eu disse assim, não, vocês não entenderam, a natureza caiu no
2257jardim da senhora e ela conseguiu salvar, se ela deixa morrer é crime, porque
2258ela ensejou a morte de um animal silvestre. Ela contata a Prefeitura, a
2259Prefeitura orienta, ela se pré-dispõe a cuidar porque nós não temos lugar para
2260isso, o Ibama não nos dá, até inclusive não aceita, está vazio, está pronta a
2261reforma e não aceitou os animais. Aí chegou o último técnico e disse assim...
2262Eu disse, olha, eu não saio daqui sem um telefone celular, porque o de vocês
2263está estragado. Rapidamente apareceram dois fixos, que a portaria não dava.
2264Então, imagina eu, prefeitura, enquanto prefeitura, não era o cidadão comum
2265ali que está tentando fazer uma coisa. Aí nós encaminhamos, aí ele disse
2266assim. Então, para ter uma... Aí a segunda chegou assim, não. Então, a
2267senhora encaminha... Com um sorrisinho bem debochado. Por que você não
2268encaminha do outro lado da rua um protocolo? Ah, isso é assim, encaminha um
2269protocolo, para levar dois, três dias para atravessar a rua, vai levar mais dois,
2270três dias e já passou o tempo que eu precisava da resposta. É, é assim. Aí o
2271terceiro técnico chegou assim, olha, eu vou te dar um e-mail, então, para você
2272já ir mandando e nós analisando a resposta. Prontamente eu falei com o
2273secretário de meio ambiente e nós encaminhamos um e-mail, mandamos o e-
2274mail perguntando o que nós fazemos com os animais. Depois eu fui de novo a
2275Porto Alegre, que eu moro em Porto Alegre e protocolei, o mesmo teor,
2276protocolei, até agora não tive uma resposta, saber onde estão sendo criados os
2277animais, não vou dizer porque é crime, (*Risos!*), mas eu tive de arranjar uma
2278mineira complementar, porque ninguém está aceitando os animais, não posso
2279soltá-los ainda, o Ibama não se posiciona, nem quando eu vou lá e nem por
2280escrito, eu vou deixar eles pendurados em uma árvore. Então, esse tipo de
2281situação corrobora com aquela proposta de Resolução, que está empatada,
2282que não sai, de quem pode cuidar desses animais, até uma soltura, não tem.
2283Eu recebi duras críticas de uma pesquisadora do CRAS de São Paulo, que
2284nem sequer tinha lido a Resolução, muito menos sabia que estava em
2285resolução, a Resolução 384 estava em vigor, assim como o chefe de fauna
2286também não sabia que estava em vigor, ele disse para mim que não estava.
2287Duras críticas porque nós estávamos tentando legalizar o tráfico, não tem nada
2288a ver, são pessoas que não conhecem o que estão dizendo e aí eu vou, estou
2289ansiosa para ouvir o relato do Robis, para ver o que aconteceu nessa Câmara
2290Técnica, porque isso aqui não dá para ficar, quer dizer, eu estou... O Ibama

2291 está simplesmente empurrando o cidadão e as prefeituras para a ilegalidade,
2292 se nós matamos, eu disse assim, se vocês querem matar os animais, eu trago
2293 eles aqui e vocês é que vão matar, porque vocês não deixam um lugar, não
2294 deixam soltar, não deixam criar, não deixam nada e não querem aceitar. Então,
2295 eu vou trazer os animais aqui e vocês, por favor, vocês eutanasiem animal
2296 saudável, eutanasiem. Então, essa situação não dá mais para continuar, se eu
2297 tivesse um advogado na área, eu já teria processado, porque isso aqui
2298 acontece em tudo que é lugar. Então, um órgão ambiental municipal vai pedir
2299 ajuda para o órgão federal, a quem deveria, a quem teria a competência de
2300 resolver e ele empurra de novo o município e como não é um município, não
2301 tem como rebater, simplesmente manda por escrito, protocola e de protocolo
2302 não vem a resposta e aí como é que ficou o feriadão? Os animais já estariam
2303 mortos, não é? Se nós não cometemos uma ilegalidade, os animais teriam
2304 morrido de fome. Então, esse é um informe e eu vou até pedir, que se as
2305 entidades... As presenças que tiverem uma sugestão, de como nós vamos
2306 resolver, caso essa portaria, essa nossa Resolução não vá adiante, vai
2307 continuar a ilegalidade achando que está tudo resolvido.

2308

2309

2310 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Lisiane,
2311 primeira pergunta que você fez, Resolução 9 art. 2º, sempre que julgar
2312 necessário ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público
2313 ou por 50 ou mais cidadãos, o órgão de meio ambiente, aí não diz aqui, qual a
2314 esfera, mas o órgão de meio ambiente que apresenta licenciamento,
2315 promoverá a realização de audiência pública. Aqui coloca, § 2º, no caso de
2316 haver solicitação de audiência pública e na hipótese do órgão estadual não
2317 realizá-la, a licença concedida não terá validade. Resolução 9 de 87, do
2318 Conama.

2319

2320

2321 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2322

2323

2324 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Sim,
2325 não sei, mas é que está valendo hoje. Segunda coisa que eu te digo. PL, lei
2326 complementar 140, art. 8º. Quem fala agora de fauna é o Estado.

2327

2328

2329 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2330

2331

2332 **SR. ROBSON JOSÉ CALIXTO DE LIMA (Gerente do DConama)** – Para
2333 criadouro, sim.

2334

2335

2336 *(Intervenção fora do microfone. Inaudível)*

2337

2338

2339 **SR. MARCELO ROBIS FRANCISCO NASSARO (CNCG)** – Bom, na
2340 verdade, o... Robis, CNCG. Um informe bastante rápido, mas não sem uma

2341carga, de certa forma, tristeza, porque essa Câmara Técnica conseguiu
2342aprovar uma proposta de Resolução, que tem exatamente o condão de dar
2343vazão aos animais que são manejados, animais que são manejados do tráfico,
2344tráfico ou que vem resgatado de pessoas ou que são encontrados nas ruas e
2345etc.. É uma minuta bastante interessante feita com o apoio de todo mundo,
2346mas principalmente por quem lida com esse assunto. Então, de alguma forma
2347nós tivemos uma duas ou três ou quatro reuniões aqui, nessa Câmara Técnica
2348e ela fluiu, posteriormente, para a jurídica. Basicamente o que nós pleiteamos
2349nessa Resolução, é tornar aquela que era 384 aplicável, usando alguns
2350institutos da 384 e aprimorando nessa nova proposta de Resolução, porque a
2351384 ela tem uma ideia boa só que ela não é exequível, ela, resumindo para
2352quem não acompanhou, ela diz que aquela pessoa que o animal de forma
2353irregular, pode se denunciar, deve se denunciar e dependente das situações,
2354poderá ficar com esse animal, desde que ele seja até dois, só que isso não
2355inibe essa pessoa de ser responsabilizada pela parte penal e administrativa, ou
2356seja. Então, dificilmente nós vamos ter alguém que queira falar, eu tenho um
2357animal silvestre, eu tenho um gambá, mesmo que dando suporte para a
2358prefeitura, sem autorização, porque a pessoa vai, pela polícia será conduzido
2359ao distrito, o animal será apreendido e ela ainda vai tomar uma multa de no
2360mínimo R\$ 1.000,00, se o animal for ameaçado de extinção essa multa pode
2361chegar a R\$ 5.000,00. Então, nós que trabalhamos, efetivamente com esse
2362assunto, fizemos várias observações e ao final propusemos uma minuta nova,
2363de Resolução, que foi aprovada aqui, por esta Câmara. Na jurídica e deixo
2364claro desde cedo, que o Ibama foi contra, principalmente a parte dela. Então, a
2365parte que ele acha interessante, que é a parte do guardião, mas a parte da
2366autodenúncia ele não foi a favor. De qualquer forma, lá na jurídica, questões
2367que nós não estávamos preparados para elas, foram levantadas, eu vou dar
2368um exemplo, a 384, ela estende a possibilidade do depósito de animal silvestre,
2369é para o próprio infrator. Está lá, na 384. A 384 ela é uma resolução que,
2370posteriormente, esse instituto previsto na 384, foi abrangido pelo decreto 6.514,
2371que regulamentou a Lei de Crimes Ambientais. Então, veja, primeiro uma
2372Resolução, criou um instituto, depois o Decreto, ao regulamentar a lei de
2373crimes ambientais entendeu que esse instituto era interessante e manteve esse
2374instituto no Decreto. Pois bem, a lei de crimes ambientais não prévias, não
2375prevê a possibilidade de o próprio autuado ficar com animal. E aí a Câmara
2376Jurídica, porque o que nós fizemos na nossa minuta? Esse aspecto nós
2377colamos e copiamos de uma resolução que está em vigor, entendemos que
2378essa resolução está em vigor, portanto passou pelo crivo jurídico de todo
2379mundo. Nós calamos e copiamos esse instituto. Pois bem, um colega da
2380jurídica entendeu que há uma ilegalidade, a ilegalidade é, como pode a nossa
2381proposta estender a possibilidade do animal permanecer com o infrator, se a lei
2382não prevê? Aí digo eu, poxa, esse estudo já foi feito, passou por uma
2383Resolução, por um decreto, regulamentou a lei de crimes e nós só estamos
2384colando e copiando. Não, veja bem, é ilegal. E aí a começa a ser o
2385questionamento da ilegalidade. Uma da... A principal função da jurídica é da
2386ilegalidade, inconstitucionalidade e ilegalidade. Então, nós estivemos a um
2387passo de ter uma decisão aqui, de ilegalidade geral de nossa minuta e o que
2388acontece se há uma ilegalidade geral? O processo é arquivado. Então, a
2389Lisiane até mandou um e-mail para mim, porque tem uma lista de e-mails
2390correndo, dizendo que o Ministério do Meio Ambiente, ainda bem que é o

2391Ministério, não sabe que sou eu que propus... o Ministério do Meio Ambiente
2392está fomentando o tráfico de animais com essa proposta do guardião. Gente,
2393essa proposta do guardião, simplesmente é, reconhecer que há milhões de
2394animais silvestres sendo mantidos em cativeiro, com a finalidade de estimação,
2395sem a origem legal, há milhões, não há um ou dois, só a polícia de São Paulo
2396manuseia 30.000,000 espécies por ano, ilegais, que nós apreendemos,
2397imaginem os que nós não apreendemos. O que nós gostaríamos, é de saber
2398quem tem esses animais, traçar uma estratégia, uma política para eles e
2399permitir, aí entra a proposta do guardião, que alguns deles, com milhares de
2400critérios que estão estabelecidos na Resolução, possam permanecer com
2401esses animais, porque não tem local para destiná-los, não existe e olha, cá
2402entre nós, não vai existi. O estudo que o Renctas fez, está certo que é um
2403pouco antigo, mas com base em dados do... Eu não me lembro o órgão que fez
2404a pesquisa, são 60 milhões de animais silvestres mantidos em cativeiro, nas
2405casas das pessoas, nas casas dos brasileiros, se alguém me falar que um dia o
2406Brasil terá centro de destinação e recepção de animais, eu até topo essa
2407política de manter como está hoje, que assim, ninguém faz nada, apreende o
2408que aparece e leva para um lugar. Mas, isso não funciona. Então, nós já temos
2409indicações muito claras de que nós precisamos mudar, a lei como está, a
2410interpretação da norma como está sendo feita, ela não está sendo profícua no
2411sentido de reduzir o tráfico de animais. Hoje, se nós apreendermos animais
2412traficados efetivamente, ou seja, aquele que... Até recebi um e-mail, que
2413acabamos de apreender mil e poucos canários da terra, por aí, no Estado,
2414acabamos. Esses animais, que eu já aprendi, ou seja, não é animal que está
2415sendo mantido em uma gaiola, bonitinho, tratado, etc., mesmo que ilegal, esses
2416animais eu já não tenho onde levar, agora ficam nos pelotões da Polícia
2417Ambiental sendo tratados por policiais que não são biólogos, não são
2418veterinários, não tem conhecimento técnico e sendo mantidos no custo do
2419próprio policial e, às vezes, semanas, semanas e bicho morre, morre na minha
2420mão, eu sou a autoridade que tem que preservar a vida e não tenho para onde
2421levar. Então, e por isso que eu falei desde o começo, que nós temos que
2422controlar a nossa ansiedade, porque, às vezes, nós escrevemos uma minuta
2423sem tentar se proteger de todas as visões que podem ter, principalmente sobre
2424o aspecto jurídico. Aí o que eu fiz durante esse embate? Porque nós tínhamos
2425um colega da Casa Civil que, em face dessa interpretação, estava pensando
2426pela ilegalidade geral, a colega do Ibama achava que a minuta era boa, no
2427aspecto do guardião e não no aspecto depositário. Então, a coisa estava aqui
2428para que nós tivéssemos um risco de perder a nossa minuta e perder o
2429trabalho dessa Câmara Técnica. A colega o Ibama pediu vistas e eu pedi
2430vistas, por isso que a Lisiane perguntou para mim, por que você propôs, já
2431passou e pediu vista de novo? Porque foi uma forma de contra argumentar e
2432de fazer o nosso trabalho não ser arquivado. E uma outra possibilidade, que eu
2433ainda não sei qual a estratégia adequada, nós estamos pensando lá no CNCG,
2434é se nós não devemos pedir para a jurídica retornar esse assunto para a
2435Câmara Técnica de biodiversidade, porque em uma coisa eles têm razão, se
2436eles mexerem na jurídica, se a jurídica entender que precisa mexer alguns
2437argumentos lá, vai influenciar no mérito da Resolução e aí foge ao escopo da
2438jurídica. Então, talvez seja, é uma estratégia que nós estamos pensando, talvez
2439seja mais inteligente da nossa parte, para não ver o nosso trabalho ser perdido,
2440que nós pleiteemos que essa Resolução venha a biodiversidade, para que nós

2441façamos algumas adequações, tentando minimizar aquilo que está sendo visto
2442como ilegal, como antes jurídico, de forma que depois retorne um pouco mais,
2443não consensuado entre nós, porque já está, mas consensuado junto ao
2444pessoal da jurídica. Foi por isso que nós pedimos vista. Então, que pé que está
2445essa proposta de tutor de animais silvestres? Está com dois pedidos de vista,
2446um do Ibama e um do CNEC e com grandes possibilidades de, se nós
2447mantivermos a nossa posição, de se arquivado esse processo, por
2448entendimento de ilegalidade. Só que aí eu falo de novo, nós precisamos
2449controlar a ansiedade, eu sei que esse é um assunto dos mais caros para
2450quem trabalha especificamente com animais, que vive isso todo dia, mas se
2451nós não fizermos o nosso trabalho de casa e fazer o melhor encaminhamento,
2452nós vamos perder esse trabalho, eu acho que é pior, por isso que eu estou
2453tentando a convencer lá, os nossos colegas do CNEC, que deve retornar esse
2454trabalho a biodiversidade, para nós fazermos os pequenos ajustes necessários.
2455Eram esses os informes. Obrigado.

2456

2457

2458**O SR. MARCELO MARCELINO DE OLIVEIRA (ICMBio)** – Alguém tem mais
2459algum informe? Se não, nós podemos encerrar. Antes de encerrar eu só queria
2460mais uma vez agradecer a todos pela eleição e também agradecer a todos pela
2461colaboração, pela paciência com essa primeira condução, espero que nas
2462próximas conduções eu possa melhorar e estar mais à vontade, que a primeira
2463nós... Primeira iniciando, inclusive um estreante no Conama, que ali não... O
2464lado de lá não tem, não vale comentar, não vale aqui. Mas, eu queria
2465agradecer a todos e boa tarde, estamos encerrando a reunião.